



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

RICKSON PEREIRA

**Nas encruzilhadas do axé: representações sociais acerca das religiosidades
de matriz africana**

**Seropédica
2025**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

RICKSON PEREIRA

Nas encruzilhadas do axé: representações sociais acerca das religiosidades de matriz africana

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, no Programa de Pós-graduação em Psicologia, área de concentração em Psicologia.

Orientadora: Luciene Alves Miguez Naiff

**Seropédica
2025**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P436e

Pereira, Rickson, 1997-

Nas encruzilhadas do axé: representações sociais
acerca das religiosidades de matriz africana /
Rickson Pereira. - Seropédica, 2025.
82 f.: il.

Orientadora: Luciene Alves Miguez Naiff.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em
Psicologia, 2025.

1. Representações sociais. 2. Religiosidade. 3.
Racismo. I. Naiff, Luciene Alves Miguez, 1969-,
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Programa de Pós-graduação em Psicologia III.
Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

Rickson Pereira

NAS ENCRUZILHADAS DO AXÉ: representações sociais acerca das religiosidades de matriz africana

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, no Programa de Pós-graduação em Psicologia, área de concentração em Psicologia.

Aprovado em: 18/03/2025

Documento assinado digitalmente



LUCIENE ALVES MIGUEZ NAIFF

Data: 17/04/2025 13:59:19-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Luciene Alves Miguez Naiff. Dra. UFRRJ
(Orientadora)

Documento assinado digitalmente



INGRID FARIA GIANORDOLI NASCIMENTO

Data: 11/04/2025 17:19:03-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ingrid Gianordoli Nascimento Dr. UFMG
(Examinadora externa)

Documento assinado digitalmente



ALVARO RAFAEL SANTANA PEIXOTO

Data: 15/04/2025 18:23:49-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Alvaro Rafael Santana Peixoto. Dr. UFES
(Examinador externo)

Dedico este trabalho as pessoas que vieram antes de mim, cujas lutas abriram caminhos para que eu existisse como sou hoje. Aos meus orixás, por me escolherem e serem tudo em minha vida. Às entidades que me guiam, à minha família, às minhas irmãs, e as minhas amizades.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a minha ancestralidade e espiritualidade, que sempre me guiaram e deram forças para seguir em frente. Agradeço também as(as) professoras(es) da graduação e da pós-graduação, especialmente a minha orientadora desta pesquisa, uma mulher negra, a qual virou uma grande referência para mim na academia. Sua parceria, respeito e compreensão em todo o processo se fizeram essenciais para o meu desenvolvimento acadêmico e pessoal. Agradeço também as(as) amigas(os) que fiz ao longo da jornada, as(os) companheiras(os) do Laboratório de Pesquisa em Psicologia Social (LAPPSO-UFRRJ), e a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho. Cada uma de vocês teve um papel fundamental, e sou profundamente grato por todo o apoio.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”.

“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.”

“Quem não sabe de onde veio, não sabe para onde vai. Somos frutos de uma longa linhagem de resistência.”

Maria Beatriz Nascimento

RESUMO

Este estudo procurou investigar as representações sociais acerca das religiosidades de matriz africana na região da Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro, com o intuito de compreender como que essas práticas religiosas são organizadas por pessoas religiosas e pessoas não religiosas. A pesquisa contou com a participação voluntária de 200 pessoas, as quais foram divididas em dois grupos: pessoas com religiosidades de matriz africana e pessoas sem essas religiosidades. Como principal referencial teórico foi escolhida a Abordagem Estrutural da Teoria das Representações Sociais, a qual foi pensada por Jean-Claude Abric, e os dados foram examinados através das técnicas de análise prototípica e análise de similitude, o que possibilitou verificar as associações com uma maior frequência nas representações de cada um dos grupos da amostra. Os resultados evidenciaram contrastes significativos entre os dois grupos de participantes. As pessoas praticantes retrataram essas religiosidades como práticas ligadas a valores como: acolhimento, ancestralidade e resistência. Termos como caridade, amor e fé apareceram como sendo centrais, o que indica para a positividade associada a essas práticas de matriz africana e o seu papel na conservação de identidades históricas e culturais, na visão de quem vive essas religiosidades. Em contraste, as pessoas que não são praticantes compartilharam percepções mais estigmatizadas, com foco em palavras como macumba e diabo, o que evidencia os preconceitos e estereótipos associados as religiosidades de matriz africana. Essas diferenças indicam uma dualidade importante: enquanto as pessoas que são praticantes reconhecem a riqueza simbólica e cultural das religiosidades de matriz africana, as pessoas que não são praticantes tendem a apresentar ideias estigmatizadas. Os resultados apontam para o racismo estrutural no Brasil, o qual institui o processo de inferiorização dessas religiosidades, em virtude das suas ligações históricas com a população negra. Esses preconceitos são fomentados por uma lógica que organiza as práticas relacionadas a população negra como inferiores, o que reforça as desigualdades e exclusões. A pesquisa também evidenciou que as religiosidades de matriz africana são mais do que práticas religiosas, elas se organizam como espaços de resistência, cuidado e conexão com a espiritualidade. Apesar dos estigmas, as pessoas praticantes destacaram o seu valor como mecanismo de força e afirmação, reafirmando o seu papel na reconstrução de narrativas positivas acerca das origens africanas no Brasil. Portanto, percebe-se que as representações sociais das religiosidades de matriz africana são construídas a partir de processos históricos e sociais complexos, os quais variam entre reconhecimento e marginalização. Sendo assim, a valorização dessas práticas exige ações que sejam capazes de promover o diálogo, a desconstrução de representações preconceituosas e o respeito à diversidade religiosa. Este estudo possibilita meios para esse debate ao mostrar como as percepções sociais sobre a Umbanda e o Candomblé são influenciadas por desigualdades históricas e estruturais, oferecendo dados para reflexão sobre essas práticas no país.

Palavras-chave: religiosidades de matriz africana; representações sociais; racismo religioso.

ABSTRACT

This study sought to investigate the social representations of African-based religions in the Baixada Fluminense region of Rio de Janeiro state, with the aim of understanding how these religious practices are organized by religious and non-religious people. The research involved the voluntary participation of 200 people, who were divided into two groups: people with African-based religions and people without such religions. The Structural Approach to the Theory of Social Representations, which was conceived by Jean-Claude Abric, was chosen as the main theoretical framework, and the data were examined using prototypical analysis and similarity analysis techniques, which made it possible to verify the associations with a greater frequency in the representations of each of the groups in the sample. The results showed significant contrasts between the two groups of participants. Practicing people portrayed these religions as practices linked to values such as: acceptance, ancestry and resistance. Terms such as charity, love and faith appeared to be central, which indicates the positivity associated with these practices of African origin and their role in preserving historical and cultural identities, in the view of those who practice these religions. In contrast, people who do not practice them shared more stigmatized perceptions, focusing on words such as macumba and diabo, which highlights the prejudices and stereotypes associated with religions of African origin. These differences indicate an important duality: while people who practice them recognize the symbolic and cultural richness of religions of African origin, people who do not practice them tend to present stigmatized ideas. The results point to structural racism in Brazil, which institutes the process of inferiorizing these religions, due to their historical links with the black population. These prejudices are fostered by a logic that organizes practices related to the black population as inferior, which reinforces inequalities and exclusions. The research also showed that African-based religions are more than just religious practices; they are organized as spaces of resistance, care, and connection with spirituality. Despite the stigmas, practitioners highlighted their value as a mechanism of strength and affirmation, reaffirming their role in the reconstruction of positive narratives about African origins in Brazil. Therefore, it is clear that the social representations of African-based religions are constructed based on complex historical and social processes, which vary between recognition and marginalization. Therefore, valuing these practices requires actions that are capable of promoting dialogue, deconstructing prejudiced representations, and respecting religious diversity. This study provides means for this debate by showing how social perceptions of Umbanda and Candomblé are influenced by historical and structural inequalities, offering data for reflection on these practices in the country.

Keywords: african-origin religions; social representations; religious racism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	20
1.1. Por dentro da Teoria das Representações Sociais.....	20
1.2. De uma teoria geral a teorias específicas: Abordagens em representações sociais.....	29
1.3. A Abordagem Estrutural e a Teoria do Núcleo Central.....	31
CAPÍTULO 2 – RELIGIOSIDADES DE MATRIZ AFRICANA	35
2.1. Caminhos de Axé: uma jornada sobre as religiosidades de matriz africana	35
2.2. Como estão representadas as religiosidades de matriz africana?	38
3. METODOLOGIA.....	43
3.1. Participantes.....	45
3.2. Instrumentos e Análise dos Dados	45
3.3. Tarefa de Evocação Livre de Palavras	46
3.4. Questionário sociodemográfico	47
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	47
4.1. Descrição das pessoas participantes	47
4.1.1. Faixa etária.....	47
4.1.2. Cor/Raça	49
4.1.3. Identidade de Gênero.....	50
4.1.4. Orientação sexual	51
4.2. Análise Prototípica e Análise de Similitude.....	51
4.3. Grupo 1 - Pessoas com Religiosidades de Matriz Africana	53
4.3.1. Análise prototípica e análise de similitude de pessoas com religiosidades de matriz africana do termo indutor: UMBANDA.....	53
4.3.1.1. Pergunta Direta: diga de 3 a 5 palavras e expressões que lhe vem à mente diante do termo UMBANDA.....	53

4.3.1.2. Técnica de substituição: Diga de 3 a 5 palavras e expressões que você acha que pessoas que você conhece pensam sobre a UMBANDA	56
4.3.2. Análise prototípica e análise de similitude de pessoas com religiosidades de matriz africana do termo indutor: CANDOMBLÉ	58
4.3.2.1. Pergunta Direta: diga de 3 a 5 palavras e expressões que lhe vem à mente diante do termo CANDOMBLÉ.....	58
4.3.2.2. Técnica de substituição: Diga de 3 a 5 palavras e expressões que você acha que pessoas que você conhece pensam sobre o CANDOMBLÉ.....	61
4.4. Grupo 2 - Pessoas sem religiosidades de matriz africana.....	63
4.4.1. Análise prototípica e análise de similitude de pessoas sem religiosidades de matriz africana do termo indutor: UMBANDA.....	63
4.4.1.1. Pergunta Direta: diga de 3 a 5 palavras e expressões que lhe vem à mente diante do termo UMBANDA.....	63
4.4.1.2. Técnica de substituição: Diga de 3 a 5 palavras e expressões que você acha que pessoas que você conhece pensam sobre a UMBANDA	65
4.4.2. Análise prototípica e análise de similitude de pessoas sem religiosidades de matriz africana do termo indutor: CANDOMBLÉ	68
4.4.2.1. Pergunta Direta: diga de 3 a 5 palavras e expressões que lhe vem à mente diante do termo: CANDOMBLÉ	68
4.4.2.2. Técnica de substituição: Diga de 3 a 5 palavras e expressões que você acha que pessoas que você conhece pensam sobre a CANDOMBLÉ	70
4.5. Comparação dos resultados.....	72
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	75

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição das pessoas participantes por faixa etária	48
Figura 2 - Distribuição das pessoas participantes por cor/raça.....	49
Figura 3 - Distribuição das pessoas participantes por identidade de gênero	50
Figura 4 - Distribuição das pessoas participantes por orientação sexual.....	51
Figura 5 - Árvore de similitude do termo indutor: UMBANDA por Pessoas com religiosidades de matriz africana.....	54
Figura 6 - Árvore de similitude do termo indutor: UMBANDA a partir da técnica de substituição por Pessoas com religiosidades de matriz africana.....	57
Figura 7 - Árvore de similitude do termo indutor: CANDOMBLÉ por Pessoas com religiosidades de matriz africana.....	59
Figura 8 - Árvore de similitude do termo indutor: CANDOMBLÉ a partir da técnica de substituição por Pessoas com religiosidades de matriz africana.....	62
Figura 9 - Árvore de similitude do termo indutor: UMBANDA por Pessoas sem religiosidades de matriz africana.....	64
Figura 10 - Árvore de similitude do termo indutor: UMBANDA a partir da técnica de substituição por Pessoas sem religiosidades de matriz africana.....	66
Figura 11 - Árvore de similitude do termo indutor: CANDOMBLÉ por Pessoas sem religiosidades de matriz africana.....	69
Figura 12 - Árvore de similitude do termo indutor: CANDOMBLÉ a partir da técnica de substituição por Pessoas sem religiosidades de matriz africana.....	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Características do núcleo central e sistema periférico.....	34
Tabela 2 - Palavras mais evocadas.....	42
Tabela 3 - Quadro de quatro casas do termo indutor UMBANDA por pessoas com religiosidades de matriz africana.....	53
Tabela 4 - Quadro de Quatro casas sobre UMBANDA a partir da técnica de substituição por pessoas com religiosidades de matriz africana	56
Tabela 5 - Quadro de quatro casas do termo indutor CANDOMBLÉ por pessoas com religiosidades de matriz africana.....	58
Tabela 6 - Quadro de Quatro casas sobre CANDOMBLÉ a partir da técnica de substituição por pessoas com religiosidades de matriz africana	61
Tabela 7 - Quadro de quatro casas do termo indutor UMBANDA por pessoas sem religiosidades de matriz africana	63
Tabela 8 - Quadro de Quatro casas sobre UMBANDA a partir da técnica de substituição por pessoas sem religiosidades de matriz africana	66
Tabela 9 - Quadro de quatro casas do termo indutor CANDOMBLÉ por pessoas sem religiosidades de matriz africana	68
Tabela 10 - Quadro de Quatro casas sobre CANDOMBLÉ a partir da técnica de substituição por pessoas sem religiosidades de matriz africana	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Legislações brasileiras relacionadas ao combate ao racismo e à intolerância religiosa.....	17
---	----

INTRODUÇÃO

África. Tudo começou nas terras africanas, e tudo retorna ao continente africano. Reconhecer a África como ponto de partida se faz importante para compreender que grande parte da história do Brasil está ligada diretamente as contribuições que os povos de origem africana fizeram para o país. Esses povos fizeram significativas colaborações, tais como na economia, na arte, na culinária, na linguagem, nas práticas religiosas e entre outros elementos que integram o maior país da América Latina, o Brasil. Contudo, apesar de tantos subsídios, essas populações africanas carregam consigo uma perversa história de desvalorização, a qual continua a refletir na sociedade brasileira desde os tempos da escravização.

O percurso que teve início no continente africano, como mencionado, atravessou o Brasil. No entanto, antes do processo de escravização da população negra africana em terras brasileiras, o qual foi comandado pelos povos portugueses, é importante afirmar que as pessoas negras tinham uma história de vida em África, o que comumente é negado e atribuído a esses povos o título de “sem história”, expressando uma visão eurocentrista, ao compreender a Europa como o centro do mundo e, que revela o etnocentrismo, o qual “consiste em privilegiar um universo de representações propondo-o como modelo e reduzindo à insignificância os demais universos e culturas “diferentes” ” (CARVALHO, 1997, p. 181).

As práticas sociais desenvolvidas em África, embora até parte do século XX não fossem percebidas como instituintes do que se compreendia como história, principalmente ao serem comparadas com a cultura europeia, mais tarde vieram a ter legitimidade. Ademais, do ponto de vista subjetivo eram o que conferiam a identidade aos povos de origem africana. Todas essas práticas, formadas pelos seus diferentes elementos, sejam eles: as línguas, os costumes, as religiosidades e entre outros, constituíam os diferentes sistemas socioculturais das populações que viviam em África.

Contudo, quando os portugueses resolveram escravizar os povos africanos, especialmente com o objetivo de terem pessoas trabalhando forçadamente em prol dos seus interesses no Brasil, muitos fragmentos da cultura de origem africana ficaram

para trás com o movimento da diáspora africana¹. O rompimento com a cultura, e por conseguinte com a identidade da população africana, foram acontecimentos que contribuíram para que os colonizadores tenham conseguido efetivar o domínio sob a vida das pessoas escravizadas.

Ligado a efetivação do processo de dominação, anteriormente, os portugueses já haviam desenvolvido alianças estratégicas com boa parte dos povos africanos, os quais aprisionavam outros africanos e comercializavam essas vidas. A partir disso, os portugueses encontraram na África um potencial território para realizarem as suas negociações. E para além das questões econômicas que haviam por trás dessas compras de pessoas no continente africano, existiam principalmente ideias de que essas pessoas africanas por serem lidas racialmente como sendo negras, seriam povos com uma “cultura não desenvolvida”, estando em uma posição de inferioridade, se comparados aos brancos portugueses, de modo que isso legitimasse a desumanização dessas pessoas, a sua compra e transporte para o Brasil.

A escravização dos povos de origem africana no Brasil durou por 358 anos, entre 1530 e 1888. Oliveira (1987, p. 62) aponta que foi “o Brasil, último país americano a abolir a escravidão, por mais de 300 anos dependeu dessa forma bárbara de exploração humana”. E durante todo o tempo em que a escravização ocorreu no país, as pessoas escravizadas, embora fossem todas de origem africana, tinham proveniência de diferentes regiões do continente africano, em vista disso, ao chegarem no Brasil trouxeram consigo as suas práticas socioculturais desenvolvidas nas regiões em que moravam na África. Consequentemente, quando no Brasil, esses povos expressaram algumas dessas práticas, na medida em que era possível, o que possibilitou interações com outras práticas, tais como as desenvolvidas pelos povos indígenas, e principalmente os portugueses.

Dentre todos os elementos que a população africana escravizada trouxe consigo, pode-se dizer que um destes foi muito importante para que de alguma forma conseguissem sobreviver após tantas violências, tendo sido as religiosidades que nutriam em África um poderoso mecanismo de enfrentamento, para além da possibilidade de conseguirem se conectar com as suas origens étnicas. Entretanto, expressar as suas religiosidades não era algo aceitável nas terras coloniais, tendo em

¹ Neste caso, o termo “diáspora africana” refere-se à dispersão forçada de populações africanas pelo mundo atlântico, especialmente no hemisfério ocidental, resultante do tráfico transatlântico de escravizados (MATTOS, 2005).

vista que o catolicismo era a prática religiosa desenvolvida pelos colonizadores, e esses consideravam a sua cultura como o centro da sociedade. E uma vez que acreditavam ter o domínio sob a vida das pessoas africanas, as escravizando, também as catequizavam.

É nesse cenário que surgem algumas das primeiras manifestações do racismo religioso, Carneiro (2019, p. 06) aponta que:

Na sociedade colonial as práticas religiosas dos negros eram vistas principalmente como “magia”, “feitiçaria” e “curandeirismo”, algo que estava relacionado ao mal, e precisava ser combatida, assim, a principal perseguição desta época era por parte da igreja católica, e depois veio a se estender a outros segmentos da sociedade.

Os colonizadores não só detinham uma representação de inferioridade sobre os povos africanos, baseado em uma concepção de que as pessoas consideradas racialmente negras eram inferiores as pessoas brancas, junto disso, ocorriam a subalternização de elementos socioculturais ligados a população negra, incluindo as religiosidades de matriz africana, e que do ponto de vista teórico, se comprehende como racismo religioso.

A noção de raça foi um dos elementos que os portugueses utilizaram para justificar o racismo, e que sustentaram essa e outras formas de expressão do racismo. Segundo Munanga, o termo “raça” teve a sua primeira utilização numa tentativa de categorizar plantas, e posteriormente, em 1684 um francês chamado François Bernier, começou a utilizar a palavra com o objetivo de classificar a humanidade em grupos com características similares, uma concepção mais próxima de como a modernidade comprehende, ao passo que emprega a noção de raça. O autor conclui que, ao longo da história o conceito de raça foi sendo apropriado das ciências naturais para servir como um instrumento de dominação (MUNANGA, 2004).

Apesar disso, ao longo dos séculos, o entendimento que se tinha sobre raça foi sendo desvendado pela ciência, ao comprovar que alguns dos marcadores genéticos presentes em pessoas consideradas brancas, também existem em pessoas negras. Com base nisso, acreditar na existência de raças puramente biológicas é impossível, visto que não existem marcadores genéticos o suficiente para validar essa diferença entre a humanidade. Sendo assim, as classificações que se desdobraram a partir da noção de raça, servem principalmente para a discriminação em direção as pessoas que são lidas socialmente como pertencentes a raça negra. Então, o que se pode

afirmar com precisão é que raça é meramente uma construção social, e que na prática serve como alicerce para o racismo (MUNANGA, 2004).

Embora o racismo, e o racismo religioso sejam fenômenos interligados e que se desdobram a partir da noção de raça, ambos possuem concepções diferentes. Sendo assim, a definição de racismo foi criada aproximadamente em 1920. Munanga (2004, p. 24) define o racismo como “uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural”. O escritor ainda complementa, dizendo que para uma pessoa racista, as pessoas de determinado grupo racial também estão em uma posição de inferioridade no que diz respeito a sua língua, religiosidade e entre outros aspectos (MUNANGA, 2004).

Apoiada nessa compreensão, o racismo religioso significa representar as religiosidades de matriz africana como inferiores, por serem constituídas por elementos que representam as práticas religiosas que tem origem na África, e que chegaram ao Brasil através da população negra escravizada, e se reorganizaram nesse país.

Neste contexto, esta dissertação tem como objetivo principal examinar as representações sociais sobre as religiosidades de matriz africana, em especial a umbanda e o candomblé, por parte de pessoas que praticantes e não praticantes de tais religiosidades. Busca-se, assim, analisar os elementos simbólicos que estruturam tais representações, considerando os efeitos do racismo religioso no modo como esses grupos significam essas práticas religiosas. Como objetivos específicos, pretende-se: (i) identificar os elementos centrais e periféricos das representações sociais atribuídas as religiosidades de matriz africana; (ii) comparar as representações entre os grupos de praticantes e não praticantes; e (iii) refletir sobre como as representações analisadas dialogam com a permanência histórica do racismo religioso no Brasil.

Considerando as estruturas do racismo e as suas repercussões que se desdobraram ao longo da história da sociedade brasileira, mesmo que ainda não fossem conceituadas, já impactavam negativamente a população negra. No entanto, na medida em que esses fenômenos foram sendo qualificados, algumas leis foram criadas para orientar, valorizar e penalizar.

Dentre as criações, destaca-se a lei 7.716 que indica que “será punido na forma desta lei os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia,

religião ou procedência nacional” (BRASIL, 1989, p. 369), sob pena de reclusão de um a três anos e multa. Além da alteração feita nessa lei em 2023, que tipifica como crime de racismo a injúria racial, prevendo pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto da atividade esportiva ou artística, e prevê pena para o racismo religioso e recreativo praticado por funcionário público (BRASIL, 2023). Assim como, a lei 11.635 que decreta a celebração no dia 21 de janeiro, o dia nacional de combate à intolerância religiosa (BRASIL, 2007). E por fim, a obrigatoriedade do ensino na educação básica sobre a história e cultura das populações afro-brasileiras/africanas em todo o currículo nacional (BRASIL, 2003). A seguir, apresenta-se um quadro com as principais normas mencionadas, destacando seus objetivos centrais e respectivas sanções ou medidas estabelecidas:

Quadro 1 – Legislações brasileiras relacionadas ao combate ao racismo e à intolerância religiosa

Legislação	Conteúdo / Objetivo
Lei nº 7.716	Define os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional; prevê pena de reclusão de um a três anos e multa.
Lei nº 14.532 (alteração da Lei nº 7.716)	Tipifica a injúria racial como crime de racismo; prevê pena para racismo religioso, recreativo, esportivo ou artístico, inclusive se praticado por funcionário público.
Lei nº 11.635	Institui o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, celebrado em 21 de janeiro.
Lei nº 10.639	Torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica, em todo o currículo escolar.

(Fonte: Elaborado pelo autor, com base em BRASIL, 1989; 2003; 2007; 2023)

Essas legislações exibem o progresso normativo no que diz respeito ao enfrentamento ao racismo e à intolerância religiosa no Brasil, sendo sintetizado no Quadro 1. Mas apesar disso, seriam as leis promulgadas em território brasileiro capazes de reparar toda a história de desvalorização da população negra no país?

Diante desse cenário sócio-histórico, surgem questionamentos cruciais sobre as representações sociais das religiosidades de matriz africana no contexto brasileiro. Tais como: Quais são as representações sociais das pessoas acerca das

religiosidades de matriz africana? As compreensões que as pessoas detêm sobre as religiosidades de matriz africana são apoiadas em uma lógica racista? Religiosidades de matriz africana podem contribuir para o enfrentamento aos efeitos psicossociais do racismo em pessoas negras?

É a partir dessas questões que surge a pesquisa, somado a carência de estudos sobre as representações sociais das religiosidades não convencionais que são reproduzidas na sociedade brasileira, principalmente se tratando das religiões e religiosidades de matriz africana, as quais se instauraram neste território a partir de um longo processo de escravização da população negra de origem africana, e mais a frente, ao se consolidarem neste solo, coabitam em uma sociedade a qual o racismo as estrutura.

Portanto, sendo as religiosidades de matriz africana constituídas por elementos que fazem referência as práticas socioculturais dos ancestrais da população negra brasileira, até que ponto as lógicas do racismo têm afetado a maneira como as pessoas brasileiras têm representado essas religiosidades? Mesmo que essas práticas tenham sido desenvolvidas pelas pessoas negras africanas escravizadas, as quais foram parte importante na formação do país, e que fizeram uso dessas religiosidades como mecanismo de sobrevivência neste período.

Motivado pelo contexto apresentado, este estudo delimitará seu foco nas participantes, visando identificar as representações sociais que a população da Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro, mantém acerca das religiosidades de matriz africana. A pesquisa se concentrará nas cidades que compõem o município da Baixada Fluminense, considerando o histórico movimento de expulsão da população negra com religiosidades de matriz africana da pequena África, localizada na região central do Rio de Janeiro, em direção as cidades dessa região.

Historicamente, sacerdotes/sacerdotisa de terreiros de religiões de matriz africana foram expulsos(as) da região da pequena África² no Centro do Rio de Janeiro, sendo obrigados(as) a se deslocarem para outras áreas do estado. Contudo, muitas dessas pessoas e terreiros encontraram refúgio nas cidades da Baixada Fluminense,

² A expressão “Pequena África” refere-se ao território localizado na zona portuária do centro do Rio de Janeiro, historicamente reconhecido como espaço de resistência, memória e vivência da população negra, desde o período escravista até o pós-abolição. A nomeação foi atribuída inicialmente pelo sambista Heitor dos Prazeres no início do século XX e, posteriormente, ressignificada por intelectuais negros/as e movimentos sociais, sobretudo após as intervenções urbanísticas do projeto Porto Maravilha e o reconhecimento do Cais do Valongo como Patrimônio Mundial pela Unesco, em 2017 (SILVA, 2023).

que ao longo do tempo se tornou uma região de acolhimento para essa população. Guimarães (2009, p.28) escreve que "A Baixada Fluminense parece ser o espaço onde se localiza a maior existência de templos e espaços das religiões afro-diaspóricas."

De acordo com dados do IBGE (2018), a região da Baixada Fluminense, composta por 13 municípios e abrigando cerca de 3,7 milhões de habitantes, o que equivale a 23% da população do estado do Rio de Janeiro. E apesar do expressivo número de adeptos(as), Guimarães (2009, p. 23) assinala que "[...] onde se encontra a maior concentração de casas, tem também a maior concentração de relatos de intolerância." Apesar da alta presença de instituições na região, as representações sociais parecem não favorecer o acolhimento dessa população, contribuindo, ao contrário, para as discriminações e violências.

Sendo assim, ao identificar as representações sociais da população, espera-se não apenas avaliar as influências por trás dessas construções, mas também incentivar uma discussão estruturada dessas práticas religiosas sob uma ótica científica. Isso, por sua vez, pode contribuir para a desmistificação da compreensão social dessas religiosidades, visto que as lógicas racistas que permeiam a sociedade brasileira impactam não apenas os aspectos psicossociais das pessoas negras, mas também todos os elementos relacionados a identidade negra, incluindo as práticas religiosas que derivam dessa população e referenciam a cultura de matriz africana.

Além do exposto anteriormente, a produção de conhecimento sobre essas religiosidades pode potencialmente proporcionar apoio às pessoas que praticam as religiosidades de matriz africana, considerando a posição de vulnerabilidade social em que essa população religiosa muitas vezes se encontra. Aquelas pessoas que se identificam como praticantes dessas religiosidades frequentemente são vítimas de racismo religioso e intolerância religiosa. Diante desse cenário a pesquisa se torna essencial, pois busca contribuir para a redução e até mesmo a eliminação das violências direcionadas as religiões/religiosidades e as pessoas praticantes, compreendendo que os efeitos dessa estrutura racista têm impactos significativos na saúde mental dessas populações.

Portanto, o estudo não apenas busca compreender as representações sociais, mas também visa possivelmente promover mudanças na realidade vivenciada pelas pessoas residentes da baixada fluminense, fomentando um ambiente mais inclusivo

e respeitoso para as diversas manifestações religiosas, especialmente aquelas de origem africana.

CAPÍTULO 1 – REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

1.1. Por dentro da Teoria das Representações Sociais

Desenvolver um estudo sobre a teoria das representações sociais não faria sentido sem antes realizar uma apreciação da sua gênese, visto que a elaboração dessa teoria marca um momento significativo na história da psicologia social, o qual é seguido pelo rompimento com a psicologia social norte-americana, além de possibilitar uma atuação que alguns autores nomeiam como “práticas mais sociais”, e menos meramente individualizantes e experimentalistas.

A Teoria das Representações Sociais foi concebida através dos esforços iniciais de Serge Moscovici, um psicólogo social que nasceu na Romênia e que mais tarde foi radicado na França. O escritor apresentou os primeiros manuscritos da Teoria das Representações Sociais em um período em que a psicologia social enfrentava uma suposta crise, e acredita-se que as suas formulações tenham sido essenciais nesse momento de tensões epistemológicas entre as teorias que integravam o tecido da psicologia social.

No final da década de 40, diante do encerramento da Segunda Guerra Mundial, a psicologia social passou por uma fase de ascensão, considerando que nesse momento houve um aumento do interesse por parte dos pesquisadores em compreenderem as relações dialéticas entre os indivíduos, a sociedade e as autoridades que comandavam a guerra. É nessa ocasião que cresceram as produções e publicações no campo da psicologia social, contudo, na medida em que as produções ampliaram, começaram a surgir muitas críticas sobre o que foi produzido, dentre elas: a precipitação dos dados, a estrutura teórico-metodológica dos estudos publicados, o apoio nas ciências naturais com seus procedimentos essencialmente experimentalistas, aspectos éticos e outras questões (ALMEIDA; SANTOS, 2011).

Sendo assim, com o advento da crise da psicologia social, muitas das teorias já publicadas precisaram ser reformuladas, novas teorias foram propostas e junto disso, surgiu a criação de Serge Moscovici, exatamente nesse momento de tensões epistemológicas, o que acabou servindo como uma resposta às questões que foram

apresentadas a esse campo de conhecimento, mas principalmente com o objetivo de se apartar da psicologia social norte-americana, e construir uma psicologia social europeia, a qual fosse capaz de examinar a realidade societal que se constituía no território europeu.

Mais tarde, por volta do ano de 1961, Serge Moscovici inaugurou os debates acerca da teoria das representações sociais. Tal debate surgiu a partir da obra “*La Psychanalyse, son image et son public*”, um trabalho que tinha como foco principal a compreensão de como que as pessoas daquele contexto social estudado pelo autor, construíam os seus conhecimentos a respeito da psicanálise. É nesse mesmo trabalho que o escritor introduz a utilização do conceito de representação social, se referindo as compreensões do grupo social analisado (SÁ, 1996).

A pesquisa inaugural de Serge Moscovici marcou a construção da Teoria das Representações Sociais, mas é importante dizer que a sua expansão mundial contou com colaborações importantes, as quais foram feitas por diferentes autores, ao longo das décadas seguintes. Como por exemplo na década de 1960, onde o trabalho de Claudine Herzlich sobre representações sociais da saúde e da doença ofereceu novos caminhos para a teoria das representações sociais. Já no Brasil, essa influência apareceu na década de 1970, onde pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais realizaram os primeiros estudos baseados nesse referencial, como foi o caso da pesquisa em Capim Branco sobre saúde e doença. Mais adiante, na década de 1980, a psicóloga Denise Jodelet foi uma das principais responsáveis por ampliar ainda mais a visibilidade da Teoria das Representações Sociais no Brasil, chegando a ministrar cursos e fazer importantes contribuições em pesquisas (COLLARES-DA-ROCHA; WOLTER; WACHELKE, 2016).

Retomando os esforços de Serge Moscovici, parte do trabalho de formulação da noção que vai ser utilizada pelo autor, ao empregar o termo “representação”, “representação social”, surge como resultado dos conhecimentos partilhados por outros autores e algumas áreas, tais como a sociologia, antropologia e a própria psicologia. Serge Moscovici parte de um lugar de inquietação, ocupado por alguém que considerava que as compreensões compartilhadas pelos autores de sua época não davam conta de explicar a relação dos fenômenos sociais, individuais e estabelecer uma articulação entre eles.

É a partir disso que o autor concebe a noção de representações sociais, compreendendo a complexidade dos fenômenos individuais e sociais, numa tentativa

de estabelecer uma teoria geral que possibilitasse o avanço da psicologia social. Portanto, atribui a noção de representações sociais como sendo:

[...] um conjunto de conceitos, proposições, e explicações originados na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum. (MOSCOVICI 1981, p. 181).

De acordo com essa perspectiva, as Representações Sociais (RS) simbolizam os resultados dos processos de construção de significados, os quais os diferentes grupos sociais vivenciam acerca dos mais variados objetos e compartilham entre si. Esses se organizam de modo a se retroalimentarem, e referenciarem-se como principal fonte de informação. Naiff e Naiff (2008) reforçam essa percepção ao escrevem que as representações sociais são como uma forma específica de conhecimento, ou seja, o saber do senso comum, os quais apresentam conteúdos originados através do contexto social, evidenciando de maneira mais ampla, uma forma de pensamento social. Ou seja, a partir do pertencimento a um determinado grupo social, os indivíduos assumem um lugar de sujeito e dada as suas interações, passam a incorporar em seu imaginário as noções que são partilhadas entre os sujeitos que compõe o mesmo grupo. Deste modo, fazem uso do elemento da comunicação (verbal e não verbal) como a principal ferramenta para o fomento das representações sociais.

Naiff e Naiff (2008) afirmam que pensar em representações sociais implica obrigatoriamente na necessidade de considerá-las enquanto resultantes da dimensão simbólica da vida social dos sujeitos, pois servem como meios de ação sobre o mundo e sobre os outros. As representações vão se originar no cotidiano, e nas relações que são estabelecidas por essas pessoas, seja na família, na escola, no trabalho, nas relações religiosas, ou em outras dimensões da vida social. Pode-se dizer que onde quer que exista uma realidade a serpropriada e partilhada, é possível a construção de representações sociais. Portanto, é por isso que se escreve que o objetivo passa a ser subjetivo, uma vez que o indivíduo deixa de enxergar o mundo de maneira objetiva e concreta, e passa a compreender o universo real a partir de uma perspectiva subjetiva que sofre influência do grupo ou dos grupos que faz parte.

De maneira prática, a depender do local onde uma pessoa esteja, a qual ou a quais grupos sociais ela faça parte, a maneira como ela vai pensar, conceber e se comportar em relação a uma imagem de uma santa católica, como por exemplo,

Nossa Senhora da Conceição Aparecida, uma referência para as religiosidades católicas, vai dialogar diretamente com os conhecimentos que lhe foram compartilhados ao longo da vida por esses grupos, de modo a constituir o que Moscovici se refere como representações sociais, que são as grandes responsáveis por orientar a vida subjetiva dos sujeitos. Nesse sentido, Naiff e Naiff (2008) dizem que as representações sociais não apenas surgem do contexto sociocultural a qual os sujeitos fazem parte, mas são também continuamente moldados por ele. Isso quer dizer que compreender como uma pessoa percebe ou se relaciona com objetos religiosos, como Nossa Senhora Aparecida, requer uma análise das interações sociais e as trocas que acontecem no seu cotidiano. É importante levar em consideração o fato de que essas relações são fundamentais no processo de produção e reprodução de significados, o que constituem as representações sociais e agem diretamente nos modos de pensar e agir dos sujeitos.

Quanto a organização das representações sociais, elas possuem três grandes dimensões que são responsáveis pelo estabelecimento de um modelo mental e processual, em uma relação do grupo sobre o objeto. Moscovici (1976) escreve que a primeira das três dimensões é o que se constituiu como informação, que são os conceitos que o grupo detém em relação ao objeto. Nesta dimensão, a representação social traz consigo a condição de fornecer determinados conhecimentos aos sujeitos que desejam se aproximar de uma compreensão. Já a segunda das dimensões é definida como campo de representação ou imagem, que diz respeito a como o objeto está organizado dentro de um modelo representacional, ou seja, a imagem concreta e objetiva que o grupo possui sobre o objeto. Por fim, a terceira das dimensões é o que se chama de atitude, a qual determina e orienta a maneira como os sujeitos vão se comportar em relação ao objeto.

Por conseguinte, os teóricos das representações sociais atribuem destaque a duas dessas dimensões que foram apresentadas acima, são elas: campo de representação e atitude. Com relação a atitude, Moscovici (1976) diz que talvez ela seja a grande responsável pelo processo de construção de uma representação social, visto que comumente os sujeitos primeiro se comportam em relação a um objeto, depois que eles vão se informar sobre o objeto e por último o representam em suas mentes. Contudo, Ibañez (1988) atribui maior importância a hierarquização dos elementos que acontece na dimensão do campo de representação, a qual será explorada mais a frente, quando for falado sobre a teoria do núcleo central.

Dentre os teóricos da Teoria das Representações Sociais, Denise Jodelet é um dos nomes que mais fizeram contribuições importantes. Jodelet (2001) aponta em um de seus escritos a relevância da teoria, ela explica que embora haja uma analogia das representações sociais ao conhecimento do senso comum, o estudo das representações é tão importante quanto o estudo do conhecimento científico, uma vez que ao se aproximar das representações de um sujeito, é possível conhecer o universo simbólico e subjetivo que o liga ao grupo social do qual faz parte, na medida em que essas compreensões orientam os seus saberes, comportamentos, pensamentos e etc. Portanto, é através da análise das representações sociais que é possível acessar parte de um universo no qual o indivíduo se torna sujeito, ao incorporar conhecimentos transmitidos pelo seu grupo, ao mesmo tempo em que é capaz de compreender como o grupo se organiza.

Ainda sobre as percepções de Jodelet (2001), essa escreve que as representações sociais têm como objetivo principal: construir uma realidade que seja comum aos sujeitos que compõe um determinado grupo social. Portanto, é cabível dizer que as representações sociais servem aos objetivos do grupo que as criam, compartilham, ou simplesmente repassam, mas independente do seu objetivo, de maneira latente, essas representações acabam tendo como efeito a orientação de um dado grupo de pessoas em prol da realidade que vos é compartilhada.

Sendo assim, pode-se dizer que as representações também são formas de conhecer o mundo, possibilitando diálogos (interpessoal e intrapessoal) a partir da realidade partilhada pelo grupo, ou pelos grupos sociais dos quais os sujeitos fazem parte, quase que como um método de conhecimento. Diga-se de passagem, um meio de conhecer algo, só que sem precisar necessariamente de uma validação, métodos científicos ou sistematização. O próprio grupo social confere validade aos conhecimentos que são compartilhados entre si e para os seus, de modo que isso lhes confira pertencimento ao grupo.

No entanto, embora um mesmo conhecimento seja compartilhado para um conjunto de indivíduos, que passam a ser sujeitos, esses possivelmente terão visões diferentes, em alguma medida, referentes a um mesmo objeto social, interpretações essas que passam por um crivo que está em diálogo com os seus marcadores e os diferentes grupos sociais dos quais fazem parte. Veja o exemplo, sujeitos que tenham religiosidades de matriz africana, quando introduzidos a cosmovisão africana, comumente aprendem que as matas estão associadas ao campo de domínio do Orixá

Oxóssi, o qual é conhecido como o senhor das matas, orixá da caça e que tem sua força ligada a elas. Entretanto, esses mesmos sujeitos, se questionados sobre como que representam Oxóssi, provavelmente apresentarão visões que se desdobram entre as matas, caça e entre outras variações, em maior ou menor medida, as quais são justificadas pelas inúmeras variáveis que podem estar por trás do processo de evocação e subjetivação de cada um. Apesar disso, haverá sempre um núcleo que estabelecerá uma ligação entre as representações sociais compartilhadas, unificando as diferentes possibilidades apresentadas pelos sujeitos, mesmo que esses sejam marcados por variáveis diferentes, tirando o fato das religiosidades de matriz africana os unir, enquanto mesmo grupo social.

Levando em consideração o exemplo apresentado acima, que propõe possíveis conhecimentos a serem partilhados pelos sujeitos com religiosidades de matriz africana, mesmo que ocorram variações nos conhecimentos que são expostos, é inegável numa perspectiva da teoria das representações sociais, pensar que a partir do grupo em que ocupam, os sujeitos são influenciados no modo como simbolizam Oxóssi, na maneira como o interpretam e se comportam perante esse objeto. Este mesmo processo de construção das representações sociais, possivelmente será diferente para as pessoas que não tenham religiosidades ou religiosidades de matriz africana, o qual pode sofrer outras influências a depender do grupo social a que estejam inseridas e dos processos de significação que experienciam.

De antemão, é importante pontuar que nem sempre as representações sociais que um sujeito possui sobre um determinado objeto social, vão simbolizar a risca, a totalidade do objeto que é representado para o grupo social do qual o sujeito faz parte. Visto que, a representação é resultado de construções do grupo que são expressas pelo sujeito, ou seja, o sujeito compartilha essas influências que sofre por parte do seu grupo social de diferentes modos, nem todo mundo vai incorporar completamente a mesma coisa ou do mesmo modo, levando em consideração a dinâmica de funcionamento do seu aparelho psíquico, que em tese é diferente dos demais sujeitos.

Exemplificando, em um ônibus lotado em uma rodovia em direção a cidade de Seropédica no estado do Rio de Janeiro, ao questionar os(as) passageiros(as) sobre as suas representações acerca de Seropédica, embora tenham-se alguns grupos sociais dos quais esses mesmos passageiros do ônibus compartilham, como por exemplo serem cariocas (considerando o nascimento na cidade do RJ), brasileiros(as), pessoas que pegam o ônibus de Seropédica e entre outros grupos, a

depender de com qual lupa se analisam os marcadores de cada um, dificilmente, todos os(as) passageiros(as) compartilharão as mesmas visões sobre o objeto “Seropédica”, isso porque como foi dito anteriormente, as representações sociais são construções sociais que são expressas pelos sujeitos, a depender da maneira como modelizam os objetos.

O estudo das representações sociais pode levar a uma aproximação e melhor conhecimento de como os sujeitos de um determinado grupo social, constituem as suas compreensões acerca do mundo objetivo, o qual está em diálogo com o seu mundo subjetivo, diga-se de passagem que o estudo das representações sociais é um meio de apreciação do conhecimento subjetivo que os sujeitos estabelecem e que é partilhado entre o seu grupo social. Em síntese, se debruçar sobre esse estudo está para além de meros conhecimentos, é compreender como os sujeitos de um grupo se comportam, representam e o que sabem sobre um objeto social, levando em consideração as dimensões sociais das representações.

Pensando nisso, Moscovici (1976, p. 254) escreve que:

“... vemos em funcionamento dois sistemas cognitivos, um que procede às associações, inclusões, discriminações, deduções, ou seja, o sistema operatório, e outro que controla, verifica, seleciona com a ajuda de regras, lógicas ou não; trata-se de uma espécie de metassistema que retrabalha a matéria produzida pelo primeiro”.

Na medida em que as representações sociais vão sendo formadas, esses dois sistemas de funcionamento do aparelho psíquico entram em ação, possibilitando o processo de constituição das representações sociais, de modo que o processo relacional destes dois sistemas opere de modo dinâmico. Tem-se um movimento de operar tudo aquilo que se tem apreendido, integrando no aparelho psíquico do sujeito e conduzindo toda a sua atividade do ponto de vista cognitivo. E um segundo movimento, uma espécie de processo responsável pela manutenção de tudo aquilo que fora apreendido.

Resgatando o exemplo das pessoas com religiosidades de matriz africana, um sujeito deste grupo, ao saber que o objeto “Oxóssi” tem uma associação as matas, quando precisar fazer uma oferenda a esse Orixá, possivelmente ele deduzirá que a oferenda será mais bem recebida se feita nas matas, e assim, por conseguinte. Assim como, o outro sistema que faz a manutenção dos conhecimentos que se tem sobre esse Orixá. Dada a lógica das representações sociais, os dois sistemas estão em

funcionamento e contribuindo para que todo o processo a partir das estruturas que se tem, aconteçam.

Dados os estudos sobre as representações sociais, alguns autores coincidem em um mesmo caminho, ao compreenderem a existência de algumas condições que conferem a necessidade do desenvolvimento das representações sociais, levando em consideração as muitas compreensões sobre um mesmo objeto social. Quanto a essas condições para se produzir, destaca-se que elas são divididas em três: dispersão da informação, focalização e pressão à inferência. Segundo Vala (1993) a dispersão da informação é a ausência de conhecimentos disponíveis e necessários para que os indivíduos consigam interpretar precisamente um objeto. Já a focalização diz respeito aos interesses que estão por trás da organização de uma representação, e que levam os indivíduos a darem foco em uma interpretação específica sobre determinado objeto. Por fim, a pressão à inferência é a maneira como os indivíduos se sentem estimulados ao se depararem com um objeto, fazendo com que haja uma pressão a tomada de pensamento e comportamento perante esse.

Diga-se de passagem, que esses três aspectos apontados e descritos acima, seriam as grandes molas propulsoras para que um grupo ou conjunto social construa uma representação social que será amplamente compartilhada por esses e que guiará todo o seu modo de pensar, agir e representar. Entretanto, é importante destacar que embora geralmente haja uma intencionalidade por trás da constituição das representações perante os objetos sociais, pode acontecer de um objeto em específico não contar com uma representação social, levando em consideração a necessidade de haver uma estrutura para sustentar uma representação social, do contrário, pode haver apenas ideias soltas, imagens e outros.

Por hora, a escrita se inclinará apenas sobre aquilo que constitui uma representação social, de modo que seja possível explicar como a existência da representação pode servir ao sujeito. Abric (1994 apud Sá 1996) diz que essas acabam assumindo quatro funções na vida daqueles que as apreende, são elas: função de saber, função identitária, função de orientação e função justificatória. A função de saber, serve ao sujeito como forma de poder conhecer um objeto, podendo adquirir conhecimentos que estejam alinhados ao grupo social do qual faz parte. Já a função identitária garante ao sujeito uma identidade quase que social, como se determinada representação marcasse de qual lugar esse sujeito fala e a qual grupo está inserido. E a função de orientação vai conduzir a maneira como o sujeito vai se

comportar perante o objeto, como se relacionará com tudo que diz respeito ao objeto e como se direcionará perante esse. Concluindo, a função justificatória confere uma espécie de justificativa plausível dentro dos limites que são estabelecidos entre o seu grupo, com relação ao objeto, é como se o sujeito pudesse justificar como se comportar, o que pensa e fala sob o viés da representação social que o seu grupo carrega.

Ao identificar as representações sociais que são permeadas no núcleo dos grupos é possível entender a maneira como essas agem na vida dos sujeitos, a partir de uma dimensão funcional da teoria que embasa o estudo das representações. Dito isso, é possível afirmar que aquilo que é compartilhado entre o grupo e para o grupo não serve apenas como um conhecimento socialmente difundido, mas um conhecimento que para além de ser incorporado no aparelho psíquico daqueles que os tem acesso, se desdobra na vida dos sujeitos e organiza a maneira como eles vão se relacionar com os diferentes objetos sociais que se apresentam no seu cotidiano. Em vista disso, Ditz (2023) pontua que as representações sociais permitem compreender como os diferentes sujeitos se posicionam frente as questões que atravessam a sociedade e os atravessam, considerando aspectos que vão desde a dimensão histórica até os processos de produção de subjetividade.

Neste sentido, Serge faz uma consideração importante, posto que, embora as representações assumam os mesmos objetivos do ponto de vista funcional, conforme explicado anteriormente, Moscovicci (1976, p. 56) diz que “representar uma coisa (...) não é com efeito simplesmente duplicá-la, repeti-la ou reproduzi-la; é reconstituir-a, retocá-la, modificar-lhe o texto”. Em essencial, cada indivíduo quando numa relação de sujeito com o seu grupo social, vai estabelecer as suas representações sociais de um modo que essas passem por um processo de transformação. Aquilo que é aprendido não perderá a sua natureza estruturante, entretanto, cada sujeito será afetado perante esses conhecimentos de uma forma particular e a partir disso, se dará as suas integrações.

Considerando o movimento acima, se faz necessário pensar acerca do processo de constituição das representações, de modo que se destacam dois mecanismos importantes, uma vez que o sujeito tem acesso a um conhecimento difundido pelo grupo. Portanto, a ancoragem e a objetivação são fundamentais, Sawaia (2004, p. 76) diz que “ancoragem é o processo de assimilação de novas

informações a um conteúdo cognitivo-emocional pré-existente, e objetivação é a transformação de um conceito abstrato em algo tangível”.

Ainda sobre os dois mecanismos acima, a ancoragem funciona como se a partir daquilo que já existe no aparelho psíquico do sujeito, fossem integrados novos conhecimentos, de modo que ocorram transformações no conteúdo existente. O processo de ancoragem transforma o não familiar em familiar, possibilitando um diálogo dos conteúdos velhos com os novos conteúdos, sob uma perspectiva de aproveitamento e integração. Exemplificando, em um grupo de pessoas com religiosidades de matriz africana, apreende-se que o Orixá Oxóssi está intimamente ligado as matas, entretanto, antes mesmo de aprender esse conhecimento, um sujeito pode ter concepções que giram em torno de que as matas era um território habitado pelos povos originários, repleto de fauna e flora e outras coisas. Quando esse sujeito toma conhecimento de que as matas estão conectadas a Oxóssi, o processo de ancoragem entra em ação, fazendo com que esse novo conhecimento seja integrado, agregado aos conteúdos pré-existentes. Aproveitando esse exemplo, dado o processo de aprendizagem, o sujeito pode associar as matas a Oxóssi, de modo que as matas tomem a forma ou figura de Oxóssi, quando esse pensa nelas. Portanto, a objetivação consiste na reprodução de um objeto em uma forma ou imagem, fazendo com que o concreto se torne algo quase que tangível.

1.2. De uma teoria geral a teorias específicas: Abordagens em representações sociais

Embora os primeiros registros da Teoria das Representações Sociais tenham sido feitos por Serge Moscovici, por volta do ano de 1961, fazendo uso de algumas ideias de outros campos de conhecimento, principalmente partindo do conceito de representações coletivas, que fora cunhado por Emilie Durkheim. Apesar disso, Serge discordava da ideia de “coletivo” empregada por Emilie, para além das ideias funcionalistas e positivistas das teorias que permeavam a sua época.

É a partir do contexto apresentado acima, que surge a ideia de uma grande teoria, ou melhor dizendo, uma teoria geral das representações sociais. Entretanto, Moscovici (1976, p. 39) expõe que “se a realidade das representações sociais é fácil de captar, o conceito não é”, o próprio criador reconhecia a complexidade em

apresentar uma definição que desse conta de traduzir em sua totalidade, o fenômeno das representações sociais.

Posto isso, com o intuito de desdobrar as perspectivas iniciais de Serge Moscovici, algumas abordagens foram concebidas por diferentes teóricos, que se propuseram a apresentar teorias específicas, ambas com enfoques diferentes, se tratando do universo reificado da teoria das representações sociais. No entanto, Sá (1996, p. 65) faz um adendo importante sobre essas abordagens “não se trata por certo de teorias incompatíveis entre si, na medida em que provêm todas de uma mesma matriz básica e de modo algum a desautorizam”. Embora, haja uma certa especificidade em cada uma das teorias, essas teriam um caráter complementar, ao invés de proporem uma lógica excludente. Portanto, dentre as abordagens, três correntes ganharam um certo destaque, são elas: Abordagem cultural, Abordagem societal e Abordagem estrutural.

A abordagem cultural é uma abordagem que foi elaborada por Denise Jodelet, por volta dos anos 80. Jodelet (2000 apud ALMEIDA, 2005) divide a abordagem cultural em dois enfoques: social e cultural, sinalizando que por essas duas instâncias se desenvolvem as formações mentais e coletivas. Na perspectiva da abordagem cultural, Jodelet descreve que as representações sociais são meios pelos quais os sujeitos vão perceber a vida, a partir do lugar em que estão inseridos, levando em consideração os aspectos sociais e culturais como elementos que dialogam entre si, e que são importantes neste processo de constituição.

A partir da proposta teórica de Jodelet (1990 apud TOMÉ; FORMIGA, 2020), ao se estudar as representações como um processo, o foco deve estar na estrutura da representação, suas condições e práticas sociais que fazem com essas se deem e expliquem as suas manifestações, de modo a avaliar os aspectos culturais, ideológicos e interacionais que predominam no grupo investigado, explicando a emergência do núcleo figurativo e sua rede de significações.

Quanto a Abordagem societal, essa foi desenvolvida sobretudo por Willem Doise. Willem ao desenvolver essa abordagem, concebe uma visão um pouco mais sociológica quanto ao entendimento das representações sociais. Esse autor acredita que as representações que os sujeitos possuem, surgem principalmente dos grupos aos quais estão inseridos, de modo que a noção de um mesmo objeto ao ser compartilhada pelos sujeitos, pode ter uma variação em sua noção, que está

intimamente ligada ao grupo do qual faz parte. Willem ao compor a metodologia desta abordagem, se propõe em:

“mostrar como o indivíduo dispõe de processos que lhe permitem funcionar em sociedade e, de maneira complementar, como dinâmicas sociais, particularmente interacionais, posicionais ou de valores e de crenças gerais, orientam o funcionamento desses processos.” (DOISE, 2002, p. 28).

Por último, a Abordagem estrutural, que será a abordagem na qual esta pesquisa se apoiará do ponto de vista metodológico, terá um destaque, de modo que seja possível apresentar um conhecimento mais detalhado acerca do que essa metodologia propõe em sua concepção. Para isso, dedicaremos um subcapítulo inteiro para descrever essa abordagem criada por Jean-Claude Abric e descrever um dos seus pressupostos fundamentais, que é a teoria do núcleo central.

1.3. A Abordagem Estrutural e a Teoria do Núcleo Central

A Abordagem estrutural é mais uma das teorias que complementam a “grande teoria”, cunhada por Serge Moscovici. Entretanto, é importante ressaltar que embora a abordagem estrutural complemente a teoria das representações sociais, essa teoria proposta por Jean-Claude Abric não tem como objetivo competir em tamanho ou relevância, se comparada a TRS, portanto, a proposta é constituir uma abordagem complementar.

Conforme exposto acima, a Abordagem estrutural cunhada por Jean-Claude Abric por volta da década de 70, é uma abordagem complementar a teoria das representações sociais, que faz uso de muitos elementos desta primeira teoria, propondo um movimento que Flament (1989 p. 204) enxerga como: “para que a teoria das representações sociais se torne mais heurística para a prática social e para a pesquisa”.

A partir disso, Abric (1994, p. 188) parte de uma noção de que as representações sociais seriam “o produto e o processo de uma atividade mental pela qual um indivíduo ou um grupo reconstitui o real com que se confronta e lhe atribui uma significação específica”. Sendo assim, as representações sociais seriam o resultado de um processo dialético do indivíduo e/ou grupo social, que vai possibilitar o desenvolvimento de uma organização estruturante para esses, de modo que tenham os seus comportamentos, práticas e conhecimentos “influenciados” a partir do diálogo com o social.

Outrora, para Abric compor o que Sá (1996, p. 52) atribui como “[...] uma das maiores contribuições atuais ao refinamento conceitual, teórico e metodológico do estudo das representações sociais”. O teórico percorreu um caminho onde, algumas percepções da sua teoria surgiram quando se deparou com resultados de uma pesquisa experimental de laboratório, embora a teoria das representações tenha pouca familiaridade com esse tipo de pesquisa. Entretanto, ao verificar a hipótese “os comportamentos dos sujeitos ou dos grupos não são determinados pelas características objetivas da situação, mas pela representação da situação.” (SÁ, 1996, p. 54), foi quando conseguiu fazer aférições importantes, que mais tarde vieram a contribuir para a construção da Abordagem Estrutural, embora esse processo não tenha sido linear, e nesta mesma pesquisa, tenham existido algumas objeções quanto as induções das representações que foram realizadas. Quanto as induções e ao método da pesquisa experimental de laboratório, Farr (1984, p. 143) descreve que:

As representações são cognitivas/individuais mas seu modo de liberação é social, na medida em que são medidas pelas instruções experimentais. Elas estão implícitas na língua que experimentadores e sujeitos falam e comprehendem.

Sá (1996, p. 61) “[...] é esta ocupação com a metodologia experimental do estudo das representações sociais que constitui o plano de fundo, não só da emergência, mas também do contínuo desenvolvimento da teoria”. Essa importante pontuação de Sá, faz com que se pense que embora não se tenha seguido com esse tipo de pesquisa quando se trata das representações sociais, de algum modo, foi necessário se deparar com todas as questões que surgiram a partir disso, considerando que a teoria do núcleo central, que é um importante elemento constituinte da abordagem estrutural se aproveita desse momento para se desenvolver.

Em continuidade ao que surgiu de resultados desses estudos da pesquisa experimental, em 1976 Abric propôs a teoria do núcleo central em sua tese de doutorado, ainda que como uma hipótese sobre a maneira como as representações sociais são estruturadas, a partir disso, surge o nome de abordagem estrutural, pensando as representações a partir da construção de estruturas. Portanto, descreve que o modo como as representações são estruturadas evidencia que os elementos que constituem a representação são hierarquizados, e organizados em torno de um núcleo central, que pode ser composto por um ou alguns componentes que vão representar o seu sentido. (ABRIC, 1994 apud SÁ, 1996). Logo, pode ser que alguns

sujeitos, embora sejam do mesmo grupo social, partilhem de representações sociais diferentes, que é o que mais a frente, Abric estabelece como elementos periféricos, entretanto, mesmo que isso aconteça, haverá um núcleo central por trás das representações que os unem, configurando um significado para essas.

Ainda sobre o Núcleo Central, Abric (1994, apud SÁ, 1996, p. 67) escreve que esse é “um subconjunto da representação, composto de um ou alguns elementos cuja ausência desestruturaria a representação ou lhe daria uma significação completamente diferente”. Sendo assim, por trás de toda e qualquer representação compartilhada pelos grupos sociais, sobre um determinado objeto comum a esses, haverá a presença de um núcleo central que dará a sustentação para a representação.

Tome como exemplo, uma pesquisa realizada com o objetivo de compreender as representações sociais de docentes da área da saúde acerca da religião e espiritualidade. Em vista disso, um dos métodos utilizados foi um questionário de evocação livre, cujas palavras indutoras foram “religião” e “espiritualidade”. A partir disso, na etapa de análise e interpretação dos dados, com relação ao termo religião, as palavras que tiveram uma maior frequência e possivelmente são elementos que compõe o núcleo central, foram: fé, Deus, crença, paz. Acerca do termo espiritualidade, as palavras que mais apareceram foram: fé, crença e força, do mesmo modo, essas possivelmente fazem parte do núcleo central (BORGES; SANTOS; PINHEIRO, 2015).

Em vista da existência de um núcleo central organizando as representações, Abric aponta a existência de duas funções as quais esse núcleo seria responsável, são elas: função geradora e função organizadora. Quanto a função geradora, o autor escreve que “é o elemento pelo qual se cria, ou se transforma, a significação dos outros elementos constitutivos da representação. É por ele que esses elementos tomam um sentido, um valor” (ABRIC, 1994, p. 22 apud SÁ, 1996, p. 70). Segundo Abric (1994, p. 22 apud SÁ, 1996, p. 70) a função organizadora procede de modo que “o núcleo central que determina a natureza dos laços que unem entre si os elementos da representação. Ele é nesse sentido o elemento unificador e estabilizador da representação”.

O autor ainda acrescenta a ideia de que o núcleo central depende dessas funções para que ele se mantenha estável perante as mudanças, resistindo as transformações sociais. Entretanto, isso não quer dizer que o núcleo central não possa mudar, mas o que se quer dizer é que há uma maior dificuldade em o núcleo

sofrer uma alteração, visto que esse tipo de mudança implicaria em uma alteração total da representação social e consequentemente das suas funções.

A constituição do núcleo central dependerá não só da natureza do objeto, mas também do tipo de relação que os respectivos grupos sociais possuem com o objeto. Por isso, identificar o núcleo central de uma representação social é um processo importante na perspectiva da abordagem estrutural, visto que através desse movimento se poderá entender como se dão as relações dos grupos com os objetos sociais, e possibilitará uma compreensão não só das estruturas do sistema central, mas também do sistema periférico.

Explicando a noção de sistema periférico, uma vez que nos parágrafos anteriores se ateve a explicar o núcleo central que compõe o sistema central. Sendo assim, o sistema periférico é composto pelos elementos complementares ao sistema central, que também compõem a representação social, permitindo adaptações por parte dos sujeitos, em um diálogo com os elementos centrais da representação social. Segundo Bertoni e Galinkin (2017, p. 111-112):

os elementos periféricos, ao mesmo tempo, tornam imediatamente comprehensíveis e transmissíveis a formulação da representação em termos concretos (concretização). Constituem seu aspecto móvel e evolutivo (regulação) e onde poderão aparecer e ser toleradas as contradições (defesa), uma vez que o núcleo central é resistente à mudança, posto que sua transformação provocaria uma completa alteração.

Logo, o sistema periférico ao ser composto pelos elementos periféricos, possibilita uma certa flexibilidade às representações sociais, sem que o seu núcleo central seja modificado, mas levando em consideração o sentido desse, esses novos elementos são associados ao sistema central.

A partir disso, de acordo com Alves-Mazzotti (2002, p. 23) o Núcleo Central (Sistema central) e o Sistema Periférico das representações apresentam as seguintes características:

Tabela 1 - Características do núcleo central e sistema periférico

Núcleo Central	Sistema Periférico
Ligado a memória coletiva e à história do grupo	Permite a integração das experiências e das histórias individuais
Consensual: define a homogeneidade do grupo	Suporta a heterogeneidade do grupo

Estável, coerente e rígido	Flexível, suporta contradições
Resiste à mudança	Se transforma
Pouco sensível ao contexto imediato	Sensível ao contexto imediato
Gera a significação da representação e determina sua organização.	Permite a adaptação à realidade concreta e a diferenciação de conteúdo; protege o sistema central.

Fonte: ALVES-MAZZOTTI (2002, p. 23)

De acordo com Wolter, Wachelke e Naiff (2016), os avanços teóricos e metodológicos dentro da Abordagem Estrutural exibem uma consecutiva adaptação da teoria em direção a um conhecimento mais dinâmico e pertinente sobre as representações sociais, na medida em que ela avança nas suas implicações práticas e analíticas no universo das ciências sociais.

Por fim, comprehende-se a abordagem estrutural como uma importante abordagem complementar a “grande teoria” das representações sociais, levando em consideração que Abric e os demais autores que se propuseram em desenvolver esta abordagem, fizeram uso de uma base conceitual robusta para conceber importantes elementos que a compõe, como os expostos ao longo do capítulo.

CAPÍTULO 2 – RELIGIOSIDADES DE MATRIZ AFRICANA

2.1. Caminhos de Axé: uma jornada sobre as religiosidades de matriz africana

Dialogar sobre as religiosidades de matriz africana passa inevitavelmente por uma via onde é importante compreender como que as religiosidades se deram em um país tão diverso do ponto de vista racial e multicultural, como o Brasil. Para além, do fato de que o termo “religiosidades de matriz africana” só tem sentido no Brasil a partir do movimento de diáspora, descrito por Marques (2019, p.1), como “o nome dado a um fenômeno caracterizado pela imigração forçada de africanos, durante o tráfico transatlântico de escravizados”. Portanto, para discutir sobre as religiosidades de matriz africana, de antemão, evidencia-se a gênese das religiosidades e da população de origem africana no Brasil.

No princípio, o Brasil era um país habitado pelos povos indígenas que foram os habitantes originários deste país, antes da chegada dos povos portugueses. Levando

em consideração a existência dos povos originários no Brasil, esses já desenvolviam práticas que mais tarde foram entendidas como “práticas religiosas”, por essas CNFCP (2023) descreve como “atividade ritual por meio da qual as pessoas expressam de forma simbólica, através de sua conduta, o relacionamento com o mundo sagrado”. Alguns exemplos das práticas dos povos indígenas são: os rituais com pajés, feiticeiros, rituais xamânicos, uso de plantas como tabaco e ayahuasca associadas a elevação espiritual, entre outras. Entretanto, com a chegada dos portugueses em terras brasileiras, os povos originários passaram por um longo processo de catequização, o que fez com que se desprendessem forçosamente das suas práticas religiosas, culturais e sociais, passando a incorporar os elementos propagados pelos portugueses, tendo esse advento ocorrido não só com os povos indígenas, mas também com a população negra de origem africana.

Não satisfeitos com o domínio das terras ocupadas pelos povos indígenas, o controle desses e a sua respectiva relação de escravização, os povos portugueses ainda se dispuseram a retirar os povos africanos de suas terras e trazerem para o Brasil, os escravizando junto dos povos indígenas, para que ambos contribuíssem aos negócios dos colonizadores. Segundo Caputo (2012, p. 40):

Quinze milhões de pessoas, de diferentes regiões da África, que traziam suas relações com a vida, a morte, as pessoas, a natureza, a palavra, a família, o sexo, a ancestralidade, Deus, deuses, as energias, a arte, a comida, o tempo e a educação. Enfim, com as suas formas de ver, pensar, sentir, falar e agir no mundo. Espalhadas assim formaram o que se chama de diáspora africana, ou seja, os negros e negras que, nesse caso, sequestrados das suas terras, levaram consigo as suas tradições, mantendo-as e recriando-as no mundo, inclusive no Brasil.

E dentre todos os saberes e práticas que a população negra escravizada no Brasil trouxe consigo, um deles foi fundamental para que conseguissem resistir aos impactos da escravização na sua subjetividade, tendo sido as suas religiosidades elementos cruciais para a sua manutenção no país e aproximação da sua cultura de origem africana. De acordo com Pargament (1996), a religião/religiosidade pode transformar os momentos mais difíceis da vida em uma força motriz para o enfrentamento das dificuldades. Assim sendo, teriam as práticas religiosas da população negra, proporcionado uma espécie de mecanismo para enfrentarem as questões que viviam na época.

Entretanto, as práticas religiosas de origem africana não podiam ser desempenhadas em sua totalidade pela população negra local, visto que na época a religiosidade católica era algo hegemônico, e caso houvesse alguma prática que se

opusesse, a população praticante sofria algumas punições. Romão (2018, p. 364) diz que “os negros foram assimilando cada vez mais a cultura brasileira e a religiosidade dos portugueses, e assim foram descobrindo como poderiam empregar os nomes dos santos católicos, para na verdade cultuarem suas divindades [...]. Na impossibilidade de cultuar os seus orixás e deuses africanos de maneira explícita, a população negra escravizada se apropriou dos elementos da religiosidade católica para que conseguissem praticar a sua religiosidade de origem africana, foi assim que se deu o que se conhece como sincretismo religioso³, que é ação de sintetizar elementos de diversas origens em uma prática religiosa, e que neste período foi utilizado como estratégia para que as pessoas negras pudessem praticar as suas religiosidades africanas.

Um fato importante é que antes do período de escravização, os povos africanos que foram escravizados no Brasil, esses habitavam diferentes países do continente africano e, de acordo com as suas regiões de origem, eram agrupados em grupos étnicos, sendo os principais: Iorubás, Bantos, Fons, Ewes, Ashantis e Minas. Cada uma dessas etnias possuía suas próprias línguas, culturas diferentes e práticas religiosas específicas. Entretanto, com a chegada desses povos ao Brasil aconteceram algumas interações entre as culturas desses grupos, a cultura dos índios e portugueses, de modo que isso tenha possibilitado uma reorganização local. E foi através desses contatos que surgiram as primeiras manifestações do candomblé, e progressivamente, com a chegada de outros grupos étnicos, as estruturas religiosas reestruturadas foram sendo enriquecidas com os elementos apresentados de outras tradições, todas fazendo referência as práticas africanas.

Dentre as religiosidades de matriz africana, neste estudo haverá uma ênfase em duas das mais difundidas, que são elas o Candomblé e a Umbanda. Acerca do Candomblé, Maurício (2014, p. 29) escreve que:

O candomblé é uma religião que foi criada no Brasil por meio da herança cultural, religiosa e filosófica trazida pelos africanos escravos, sendo aqui reformulada para poder se adequar e se adaptar as novas condições ambientais. É a religião que tem como função primordial o culto às divindades – inquices, orixás ou voduns –, seres que são a força da natureza, sendo seus criadores e também administradores.

³ Opta-se aqui pela utilização do termo “sincretismo religioso” levando em consideração a sua consolidação nos estudos das ciências sociais e religiosas como categoria analítica que se refere aos processos de ressignificação, apropriação e recriação simbólica entre diferentes matrizes religiosas, principalmente em contextos de dominação.

E segundo Rocha, Severo e Felix-Silva (2019) a umbanda seria uma religião que tem elementos majoritariamente derivados no Brasil. Levando em consideração o seu processo de formação histórica, a umbanda se apresenta contendo elementos, símbolos e ritos religiosos de culturas diferentes, como por exemplo: o catolicismo, práticas indígenas, alguns grupos africanos, espiritismo, ciganos e entre outros.

Portanto, seriam o Candomblé e a Umbanda duas das principais religiões de matriz africana, por religião Durkheim (1978, apud Dalgalarrondo, 2008, p. 22) comprehende como “um sistema solidário de crenças e práticas relativo a entidades sacras, quer dizer, separadas, proibidas; crenças e práticas que unem em uma mesma comunidade moral [...]. Na perspectiva de Durkheim, as religiões têm um aspecto mais institucional, ligado diretamente a uma instituição religiosa, deste modo, a religião é composta por uma doutrina, ritos, cerimônias e um sistema que reúne aqueles que pactuam com essa forma de organização. E por religiosidade, Pierucci (2010, p. 104) diz “[...] aquele fenômeno religioso que habita as profundezas da alma e que ainda não pode ser chamado de religião, aquele fundo profundo que pulsa na alma da pessoa religiosa [...].” Associado a essa definição de Pierucci, a religiosidade tem uma característica mais prática, uma vez que para ser uma pessoa religiosa, não é necessariamente preciso estar associado a uma instituição religiosa, o que mais importa é a autoidentificação, considerando o conjunto de crenças e práticas que são desenvolvidas pela pessoa que se define como religiosa.

Este estudo se apoiará principalmente na definição de religiosidade de Pierucci, visto que o objetivo principal é compreender as noções que perpassam o imaginário social quando se pensa nas práticas de pessoas com religiosidades de matriz africana, compreendendo que essas práticas religiosas podem ser executadas por toda e qualquer pessoa que autoafirme a sua identificação com essas formas de religiosidades, para além do fato de estarem associadas a uma instituição, o que também não inválida a pessoa de ser considerada como alguém religiosa, por estar desenvolvendo práticas de religiosidades de matriz africana em uma instituição.

2.2. Como estão representadas as religiosidades de matriz africana?

Embora a população brasileira seja majoritariamente formada por pessoas negras, aparentemente, segundo os dados do censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as religiosidades de matriz africana, apesar de

serem as quais os ancestrais da população negra brasileira contribuíram diretamente para as suas formações, são as religiosidades das quais menos se tem aderência no país, ainda que a população negra seja preponderante.

Contudo, quando se examina a história do Brasil, nota-se a presença de alguns fenômenos que ao longo do tempo contribuíram para a construção de representações sociais que favorecem uma atitude de recusa das religiosidades de matriz africana, não só pela população negra, mas principalmente pelas pessoas brancas. Uma nação que tem em suas raízes, a invasão, escravização, colonização e catequização pelos povos portugueses, tem como parte resultante, a influência desses processos na estruturação de representações sociais acerca das práticas religiosas de matriz africana, de tal modo que, Abric (2000) diz que as representações operam como um sistema de pré-codificação e interpretação da realidade, que governa as relações dos sujeitos com seu ambiente social e físico, além de orientar seus comportamentos e práticas.

Portanto, as representações sociais acerca de um determinado grupo social possibilitam conhecer parte do universo que perpassa o núcleo dos grupos, de modo que ao se deparar com as representações desses, é possível compreender como os sujeitos interpretam o mundo, tomam decisões e se posicionam perante os diferentes objetos sociais. Moscovici (2007) descreve que as representações sociais são formas de conhecer o mundo, a partir de conhecimentos que são coletivamente partilhados pelo grupo e para os sujeitos que o integram, de forma que esses incorporem em sua realidade, e que por vezes são reproduzidas pelos sujeitos sem nem mesmo terem consciência sobre essas.

Sendo assim, para compreender as representações sociais sobre as religiosidades de matriz africana no Brasil é importante levar em consideração os acontecimentos sócio-histórico, os quais inevitavelmente contribuem para o processo de formação destas compreensões que são partilhadas. A seguir tem-se o destaque de alguns acontecimentos que supostamente cooperaram para essas construções.

Durante muito tempo no Brasil, houve uma representação de que a religiosidade cristã era a única possibilidade, de modo que as pessoas não tivessem a chance de escolher qual religiosidade praticar. Prandi (2004, p. 225) diz que “Para se viver no Brasil, mesmo sendo escravo, e principalmente depois, sendo negro livre, era indispensável, antes de qualquer coisa, ser católico”. Em vista disso, a religiosidade católica era representada e compartilhada pelos colonizadores como a

única opção, sendo passível de punição caso alguém não a praticasse. Por sinal, essa mesma representação segue sendo sustentada em alguma medida nos tempos atuais, de modo que os números exibem que é a prática com maior adesão no país, inclusive, a qual há a maior presença da população negra. Prandi (2004) descreve que em vista de como a religiosidade católica está representada socialmente, muitas pessoas com religiosidades de matriz africana, acabam se referenciando como uma pessoa com religiosidade católica, numa tentativa de evitar a opressão.

Um outro aspecto que ganha destaque é o fato de que ao longo da história da sociedade, as representações sociais que se tinham sobre os corpos negros escravizados, eram de que esses seriam inferiores aos corpos brancos, devido as características físicas da população negra. Diante disso, o racismo foi sendo fomentado sob uma lógica de classificação dos corpos. Almeida (2018, p. 25) escreve que o “[...] racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos”. Sendo assim, as representações sociais que se tem sobre a população negra, fomentam as bases para que o racismo opere, baseado em uma noção de que a humanidade estaria dividida em raças.

Consequentemente, sendo o racismo um fenômeno que se desdobra a partir das representações sociais que se tem sobre a negritude, ocorre que não só a pessoa negra é subalternizada, mas todo e qualquer elemento que tenha relação com o ser negro, esses também passam por um processo de inferiorização. Neste caso, se tratando das religiosidades de matriz africana, essas acabam sendo impactadas por um desdobramento do racismo, que é o racismo religioso. Lima (2012, p. 9) explica a relação entre os dois fenômenos, dizendo que:

O racismo pode ser definido como crenças na existência de raças superiores e inferiores. Dessa forma é passada a ideia de que por questões de pele e outros traços físicos, um grupo humano é considerado superior ao outro. Ao direcionar os argumentos racistas para as religiões, tem-se o racismo religioso, através do qual se discrimina uma religião.

Deste modo, as religiosidades de matriz africana por serem formas das pessoas se organizarem religiosamente e conceberem a vida a partir de elementos africanos e indígenas, e que também diz respeito ao modo como se relacionam com: o mundo, a natureza, as pessoas, as divindades, os saberes etc., quando representadas socialmente por elementos que inferiorizam esses modos de ser, tem-

se a configuração de uma expressão do racismo religioso. (JESUS, 2003 apud FLOR DO NASCIMENTO, 2017). E em decorrência disso, comumente são atribuídas visões negativas sobre as práticas religiosas de matriz africana. Flor do Nascimento (2017) destaca que frequentemente percebe a exotização e a demonização como duas das principais características por trás das representações que são compartilhadas entre a sociedade brasileira.

Barbosa e Santana (2017) dizem que no período de colonização do país a demonização, “servia aos interesses políticos, econômicos e religiosos portugueses”. Dado os interesses dos colonizadores, as práticas africanas passaram por um processo de inferiorização que foi instituído como uma estratégia de desestabilização dos povos africanos para justificar a escravização e a imposição da religiosidade católica. Portanto, no passado, demonizar as práticas de origem africana era uma estratégia que possibilitava a dominação a partir de uma lógica racista e que de algum modo, segue sendo propagada atualmente e é expressa através das representações sociais que a população brasileira detém sobre as religiosidades de matriz africana.

Mariosa (2009) escreve que em uma investigação realizada por si, notou que alguns elementos relacionados às práticas de origem africana, como Exu e Pombagira (guias espirituais na estrutura religiosa de matriz africana), aparecem pelas pessoas como vinculados ao mal, ancorados com o demônio. Mariosa observou que as representações sociais relacionadas às práticas de origem africana possuem atribuição de um valor negativo, presente quando os entrevistados a identificavam como “feitiçaria para o mal”. Deste modo, ao ter compreensões como essas associadas as religiosidades de matriz africana, percebe-se não só uma justificação dos números expostos pelo IBGE, no início do texto, mas também o porquê da sociedade brasileira se relacionar com essas práticas desta forma. Posto que, a representação influencia os sujeitos, de modo que Abric (2000, p. 29) afirma que “ela define o que é lícito, tolerável ou inaceitável em um dado contexto social”. E uma vez que Exu e Pombagira, são ancorados com o demônio das religiosidades cristãs, ou relacionados ao mal, tem-se a orientação dos comportamentos da população brasileira em direção contrária a essas religiosidades.

Em um outro estudo, realizado por Barbosa e Santana (2017, p. 2693), o qual tinha por objetivo “[...] identificar como se estabelece o imaginário social construído acerca das práticas religiosas de matriz africana de estudantes do último ano do ensino médio matriculados em uma escola da rede pública [...]. Os pesquisadores

utilizaram o teste de associação livre de palavras nos entrevistados para identificar as percepções acerca das religiosidades de matriz africana, sendo os participantes estimulados com algumas palavras, divididas em três etapas: associação discreta livre, associação discreta restrita e associação contínua livre. A partir disso, como resultado da etapa de coleta de dados, tiveram os seguintes dados:

Tabela 2 - Palavras mais evocadas

Associação discreta livre		
Palavras-estímulo	Palavras mais Associadas	Freq. Rel. Percent.
Pastor	Igreja	34,80%
	Ovelha	17,40%
Padre	Missa	30,40%
	Católico	13,00%
Mãe de santo	Macumba/macumbeira	34,80%
	Candomblé	21,70%
Associação discreta restrita		
Palavras-estímulo	Palavras mais Associadas	Freq. Rel. Percent.
Pastor	Cadeira	9,50%
Padre	Virgem	8,70%
Mãe de santo	Macumba/Macumbeira	13,00%
	Galinha/Galinha preta	8,70%
Associação contínua livre		
Palavras-estímulo	Palavras mais Associadas	Freq. Rel. Percent.
Terreiro	Galinha/Galinha preta	10,80%
	Quintal	9,20%
Igreja	Oração	10,20%
	Pastor	4,00%
	Padre	4,00%
	Fiéis	4,00%

Templo	Adoração	8,00%
	Oração	6,00%

Fonte: BARBOSA E SANTANA (2017, p. 2696 - 2697)

Percebe-se através dos resultados do estudo acima, uma reafirmação da maneira como as religiosidades de matriz africana estão representadas no imaginário social, associadas comumente a adjetivos pejorativos, se comparada aos elementos de outras religiosidades, de modo que a realidade atual repita a história das práticas religiosas de matriz africana no Brasil. Acerca disso, Moscovici descreve que:

Toda realidade é uma construção histórica, e uma construção da qual se pode seguir a história. Se há representações encarnadas na nossa realidade e na nossa linguagem, podemos julgar sua verdade histórica. De toda maneira, o construtivismo social, tal como o concebo, não é antinômico ao real nem ao verdadeiro. É um modo ativo de conhecer toda a realidade, porque nós a fizemos e a refizemos, como o artista em sua obra. (MOSCOVICI, 1994, p. 18; apud SANTOS; ALMEIDA, 2005, p. 24).

Portanto, encontrando-se as religiosidades de matriz africana espaço no Brasil para a sua (re)existência e conservação da cultura dos povos de origem africana e indígenas, é inevitável que essas dialoguem com o passado que esses povos tiveram no país, e a partir disso sofram algumas implicações que são reveladas através dos conhecimentos que a população detém. É crucial levar em consideração o percurso que essas tiveram até os dias atuais.

Por fim, diga-se de passagem, que o modo como a população negra brasileira representa as religiosidades de matriz africana, tem também uma contribuição das estratégias de branqueamento que surgem com a ideia da miscigenação, onde se acreditava que durante o passar dos anos, haveria uma mistura entre as diferentes raças, resultando no clareamento das futuras gerações até que ocorresse a extinção da raça negra. Essa estratégia de branqueamento consiste não apenas no embranquecer dos corpos negros, mas uma vez que Ianni (1972, p. 152) diz que “branquear é uma aspiração universal”, tem-se por parte da população o exercício de branquear a subjetividade negra, e isso acaba passando por uma via de construir conhecimentos que sejam capazes de distanciar a população negra brasileira das suas origens ancestrais, de modo que essas embranqueçam também as suas práticas religiosas e consequentemente essas sejam extintas.

3. METODOLOGIA

Este estudo foi elaborado a partir da adoção de uma metodologia específica, com o objetivo de que todos os procedimentos empregados favorecessem o desenvolvimento da pesquisa. Portanto, levando em consideração a maneira como os dados serão abordados, o estudo é caracterizado como uma pesquisa do tipo qualitativa-quantitativa, de modo que as informações coletadas são analisadas e expostas sob um viés descritivo, que é inerente a pesquisa qualitativa, uma vez que ela “aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (MINAYO, 2002, p. 22), e complementarmente os dados são examinados e apresentados de maneira quantitativa, a partir de informações numéricas e mensuráveis.

Ao optar por uma pesquisa qualitativa-quantitativa, comprehende-se que as informações coletadas podem ser tratadas a partir de ambas as proposições desses dois tipos de pesquisa, de modo a aproveitar as vantagens de cada uma delas para favorecer uma compreensão mais profunda e detalhada acerca do objeto de pesquisa. Levando em consideração o principal referencial teórico da pesquisa, que é a Abordagem Estrutural da Teoria das Representações Sociais (ABRIC,1998), há a possibilidade de exposição dos dados e análise de maneira qualitativa e quantitativa, possibilitando assim a configuração do estudo.

O principal referencial teórico adotado para essa pesquisa se deve ao fato de que, uma vez que o objetivo do estudo é: Examinar as representações sociais que as pessoas possuem acerca das religiosidades de matriz africana, a abordagem estrutural da teoria das representações sociais possibilita uma coleta e análise dos dados com técnicas e instrumentos adequados para que seja possível atingir os objetivos propostos com este estudo.

Quanto às classificações complementares, tem-se segundo a área de conhecimento, uma pesquisa classificada dentre as sete grandes áreas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), como da área das Ciências Humanas, estando subdivida em: Psicologia > Psicologia Social, e por fim, Papéis e Estruturas Sociais; Indivíduo. (GIL, 2017). Com relação a sua finalidade, estipula que seja uma pesquisa básica estratégica, na qual, os pesquisadores têm a intenção de produzir novos conhecimentos sobre o objeto de pesquisa e que possa ser útil em estudos ou atividades práticas. No que tange ao objetivo da pesquisa, pode-se dizer que é considerada uma pesquisa descritiva. Gil (2002, p. 42) escreve

que “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.”. Por último, o estudo é classificado como uma pesquisa bibliográfica, a qual Fonseca (2002, p. 32) explica que “a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites.”, ademais, considera-se um levantamento, visto que “caracterizam-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer.” Gil (2002, p. 50).

3.1. Participantes

A presente pesquisa contou com 200 pessoas participantes divididas em dois grupos, a saber: 100 participantes que professam as religiosidades de matriz africana e 100 participantes que não professam essas religiosidades. Todas responderam a um questionário de dados sociodemográficos, e quatro tarefas de evocação livre. O questionário de dados sociodemográficos contou com perguntas relacionadas as características identitárias das participantes, tais como: idade, cor/raça, gênero e orientação sexual.

A ênfase no delineamento da religiosidade ou não religiosidade destaca-se como uma característica privilegiada nesta pesquisa. A intenção foi avaliar se essa distinção influência de maneira notável nos discursos das participantes, considerando que historicamente algumas práticas religiosas se contrapuseram às religiosidades de matriz africana.

Todas as participantes da amostra desta pesquisa tiveram caráter voluntário em sua participação, além de terem sido escolhidas através de critérios não probabilísticos, também foram considerados na análise, marcadores como: idade, gênero, identidade racial e escolaridade, para além da religiosidade/não religiosidade.

A participação aconteceu através do ambiente virtual, de modo que a coleta de dados tenha ocorrido através de um formulário online, com o apoio de toda a equipe do Laboratório de Pesquisa em Psicologia Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

3.2. Instrumentos e Análise dos Dados

Com o intuito de obter os dados da amostra definida para o estudo, foram utilizados três instrumentos na etapa de coleta de dados, foram eles: Tarefa de Evocação Livre de Palavras; Questionário Sociodemográfico. Todos os instrumentos foram aplicados por meio de um único questionário, apresentado em formato online.

Na sequência, os dados foram analisados e tratados através do software IRAMUTEQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires) desenvolvido por Pierre Ratinaud e lançado no ano de 2008. A escolha do software se deu ao fato de que o programa proporciona aos pesquisadores, principalmente que utilizam a teoria das representações sociais como base, a possibilidade de desenvolverem diferentes tipos de análises de texto.

3.3. Tarefa de Evocação Livre de Palavras

A Tarefa de Evocação Livre de Palavras é uma das principais técnicas utilizadas em estudos que tenham como objetivo identificar as representações sociais de um determinado grupo social, de modo que esse instrumento possibilite o conhecimento acerca dos elementos que compõe as representações sociais.

Neste estudo, as tarefas de evocação livre utilizaram dois termos indutores: umbanda e candomblé e foi utilizada a técnica de pergunta direta e a técnica de substituição, onde foi pedido aos participantes para falarem sobre o que outras pessoas, dentro da sua concepção, pensam sobre esses termos.

Sendo assim, a adoção da técnica de substituição se deu nesta pesquisa, tendo em vista a zona muda, a qual é definida por Abric (2005) como o conjunto de elementos contra-normativos das representações sociais, frequentemente ocultados nas verbalizações espontâneas por representarem valores ou julgamentos considerados inaceitáveis ou polêmicos no contexto do grupo. Ao pedir que os participantes falassem do ponto de vista de "outras pessoas", buscou-se reduzir a repressão normativa e criar um ambiente simbólico que possibilitasse a emergência de conteúdos latentes, os quais, em contextos mais diretos, tenderiam a ser omitidos, mascarados ou substituídos por termos socialmente aceitáveis. Essa estratégia metodológica visou, portanto, ampliar o acesso à dimensão não verbalizada e mais profunda das representações sociais, revelando aspectos estruturantes do preconceito e da estigmatização dessas religiosidades.

Todos os dados coletados nesta etapa, foram direcionados para análise textual no software compartilhado anteriormente, IRAMUTEQ, a fim de que, fosse possível desenvolver os resultados. Sendo assim, os dados geraram 4 quadros de quatro casas da análise prototípica e 4 análises de similitude de cada grupo, explorando a estrutura das representações sociais e as interrelações que essas possuem acerca das duas principais religiosidades de matriz africana praticadas no Brasil, além de apresentar o preconceito envolvido na forma como a sociedade percebe e se relaciona com essa importante expressão de fé da população negra.

3.4. Questionário sociodemográfico

No mesmo formulário que foi realizada a tarefa de evocação livre de palavras, aconteceu a aplicação de um questionário sociodemográfico, com perguntas relacionadas ao perfil das pessoas participantes. Essa etapa teve como finalidade a coleta de informações essenciais para a caracterização do perfil da amostra, permitindo descrever as participantes a partir de variáveis como idade, raça/cor, identidade de gênero, orientação sexual, entre outras.

A inclusão desses dados contribuiu para o aprofundamento das análises, possibilitando estabelecer relações entre os aspectos sociodemográficos e as representações sociais relacionadas às religiosidades de matriz africana.

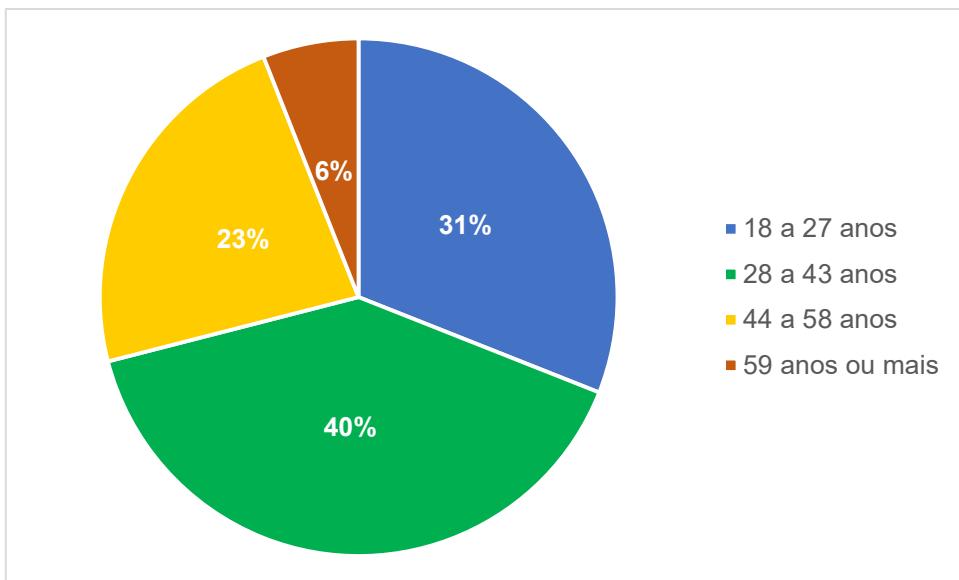
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Descrição das pessoas participantes

A análise dos resultados tem início pela caracterização do perfil das pessoas participantes, com base nos dados que foram obtidos através do preenchimento do questionário sociodemográfico. Julga-se importante fazer essa aproximação inicial de quem lê, com a realidade das pessoas que participaram do estudo, de modo que esse processo possa favorecer uma compreensão mais detalhada sobre as diferentes pessoas que compõem todo o estudo.

4.1.1. Faixa etária

Figura 1 - Distribuição das pessoas participantes por faixa etária



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

A figura 1 apresenta os dados referentes à idade das pessoas participantes do estudo. Conforme a imagem acima, aproximadamente 40% das pessoas possuem de 28 a 43 anos, o que as caracteriza como pertencentes à geração Y. De acordo com Comazzetto et al. (2016), a geração Y é composta por pessoas que nasceram a partir do ano de 1978, período esse que foi marcado por importantes avanços tecnológicos, principalmente devido à intensificação do processo de globalização, o que favoreceu exponencialmente o acesso à tecnologia e à informação. Tal cenário permitiu que pessoas da geração Y, em diversos lugares do mundo, se conectassem e compartilhassem conhecimento. Dessa forma, é possível dizer que essa geração cresceu com grande contato com as tecnologias da informação, fator esse que contribui para que possivelmente tenham um perfil com maior facilidade pela absorção de acontecimentos em tempo real e uma maior aceitação da diversidade.

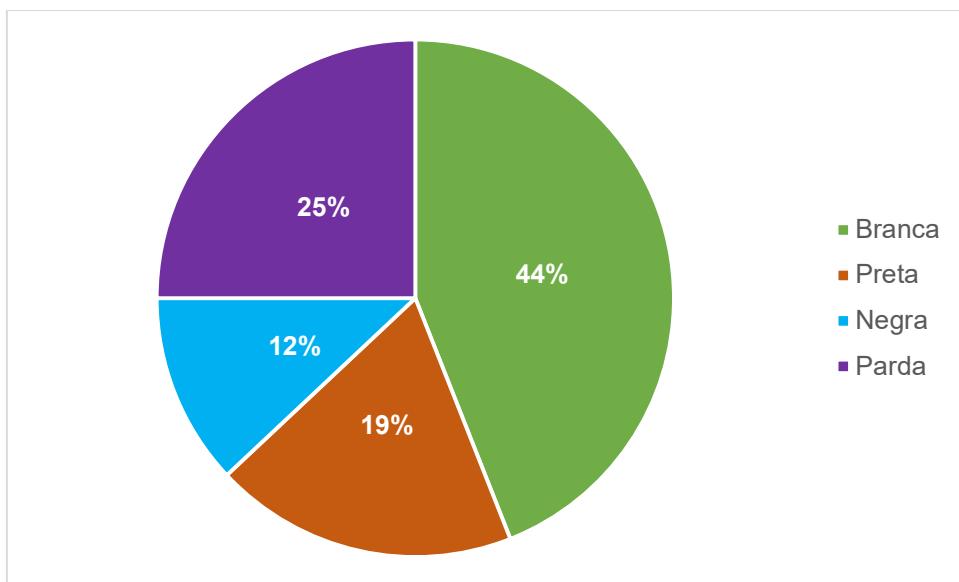
Ainda sobre a faixa etária, cerca de 31% da amostra é composta por pessoas com idades entre 18 e 27 anos, o que representa a geração Z. Green e MacCann (2021) dizem que essa geração, nascida a partir de meados da década de 1990, é caracterizada por um consumo de informações mais ágil e por estarem ligados em tecnologias digitais desde a infância. Sendo assim, observa-se que 71% das participantes têm entre 18 e 43 anos, o que indica que há uma maior presença das gerações Y e Z na composição do estudo.

Segundo a CNN Brasil (2024), a geração Z tem utilizado o TikTok⁴ como plataforma de busca em substituição ao Google⁵, o que indica mudanças significativas nos hábitos de pesquisa desta nova geração se comparada a geração Y, a qual consolidou o Google como o principal mecanismo de busca. Deste modo, é possível afirmar que as tecnologias, seja na forma de plataformas de busca ou redes sociais, exercem um papel significativo na formação das representações e no acesso ao conhecimento entre essas gerações predominantes na amostra do estudo.

Por fim, o percentual restante de participações diz respeito a presença de 23% das pessoas com idades entre 44 e 58 anos, e 6% da amostra formada por participantes com 59 anos ou mais de idade.

4.1.2. Cor/Raça

Figura 2 - Distribuição das pessoas participantes por cor/raça



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

No que diz respeito a autopercepção de cor/raça, os dados indicam que 44% das pessoas participantes se identificaram como brancas, enquanto 56%

⁴ O TikTok é uma plataforma de mídia social lançada em 2016 pela empresa chinesa ByteDance, que permite aos usuários criar, compartilhar e descobrir vídeos curtos, geralmente com curta duração de 15 a 60 segundos. A proposta do TikTok é oferecer uma experiência de entretenimento dinâmica e interativa, onde a criatividade dos usuários é o principal foco (SANTOS, 2022).

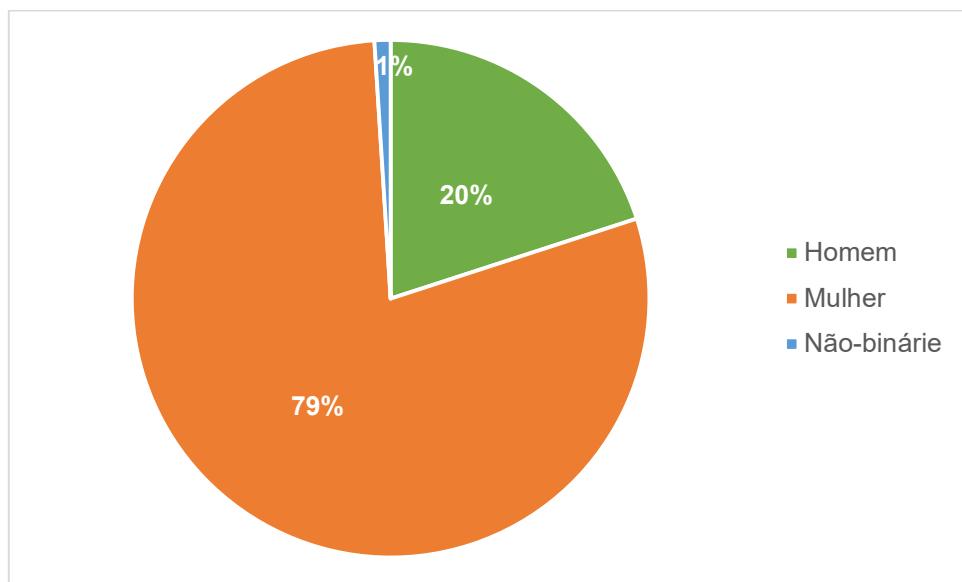
⁵ O Google é uma empresa multinacional de tecnologia fundada em 1998, amplamente conhecida por seu motor de busca, que organiza e disponibiliza informações na internet (BRIN; PAGE, 1998).

identificaram-se como negras (sendo 25% pardas, 19% pretas e 12% utilizando a categoria “negra”). Essa classificação é importante, pois, como escreve Munanga (2004), o colorismo e a estratificação social influenciam significativamente na constituição da identidade racial no Brasil, configurando uma percepção complexa e multifacetada da raça/cor para as pessoas.

Sendo assim, ainda que existam dificuldades na autoidentificação de pessoas negras, pode-se dizer que o maior percentual de participantes neste estudo, se refere a população negra, a qual é composta por pessoas pretas e pardas. E se tratando da temática a ser abordada, é importante pensar a cor/raça das participantes, enquanto um marcador que vai dialogar diretamente e indiretamente com as diferentes expressões do racismo no país, e influenciar no processo de construção das representações sociais.

4.1.3. Identidade de Gênero

Figura 3 - Distribuição das pessoas participantes por identidade de gênero



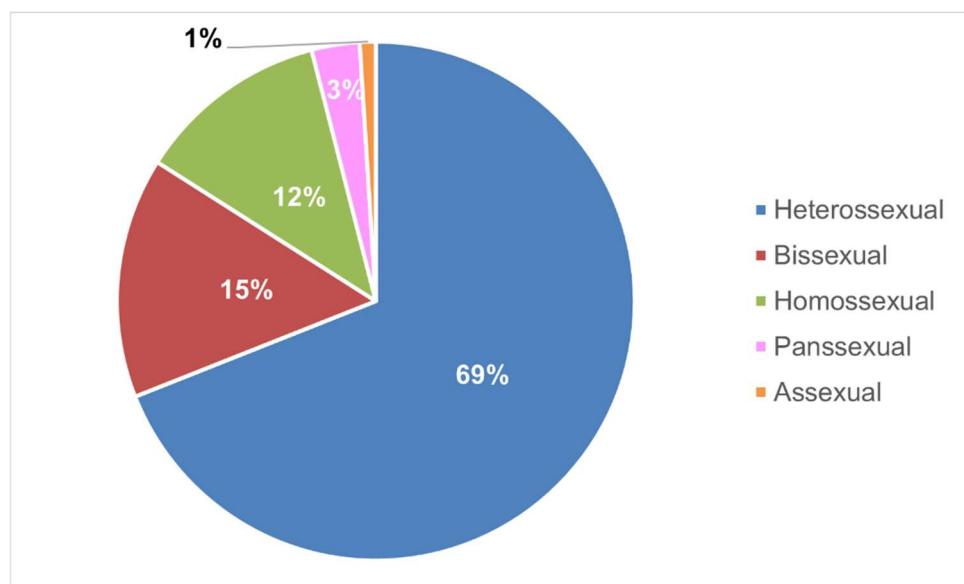
Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

Quanto a identidade de gênero, 79% das participantes se afirmaram como mulheres (sejam elas cisgêneras ou transgêneras/travestis), seguidas por 20% de homens (cisgêneros e transgêneros) e 1% de pessoas não-bináries. A diversidade identificada chama a atenção para a importância de se considerar os diferentes marcadores sociais de gênero em estudos qualitativos, em contraposição a produções

que desconsideram marcadores tão importantes como esse, no processo de caracterização da amostra (JESUS; GALINKIN, 2015).

4.1.4. Orientação sexual

Figura 4 - Distribuição das pessoas participantes por orientação sexual



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

No que tange ao marcador orientação sexual, 69% das pessoas participantes se afirmaram como heterossexuais, enquanto 31% se identificaram com orientações que fogem a heteronormatividade, como bissexuais (15%), homossexuais (12%), pansexuais (3%) e assexuais (1%). Esses dados demonstram uma pluralidade de orientações presentes neste estudo, o que reflete o recorte de uma sociedade em transformação, onde tem sido possível experenciar a não-heterossexualidade para além das normas sociais.

Essas análises são uma tentativa de fornecer uma base para a compreensão das percepções subsequentes, enriquecendo a interpretação dos dados a seguir.

4.2. Análise Prototípica e Análise de Similitude

Para compreender as representações sociais acerca das religiosidades de matriz africana, este estudo recorreu as análises prototípica e de similitude, metodologias essas que são práticas complementares e que possibilitam uma

abordagem integrada e aprofundada das representações. Ambos os métodos foram aplicados com o apoio do software IRAMUTEQ, o que permitiu processar as respostas das participantes na tarefa de evocação livre, de modo a favorecer assim a organização dos dados de maneira descritiva e relacional.

Conforme escrito por Vergès (1992), através da análise prototípica é possível organizar as representações sociais em termos centrais, periféricos e intermediários, levando em consideração a frequência e a ordem média de evocação das palavras. Essa metodologia identifica os termos mais significativos dentro dos grupos sociais analisados, e oferece uma visão estrutural das representações sociais. No presente estudo, a análise prototípica foi essencial para destacar as estruturas simbólicas que as pessoas com e sem religiosidades de matriz africana atribuem as questões investigadas. Por meio da classificação dos elementos em até quatro zonas representativas, a análise buscou revelar principalmente os elementos centrais e periféricos que organizam essas representações.

Além disso, é importante dizer que durante o pré-processamento dos dados foi realizado um agrupamento das palavras com significados semelhantes, garantindo que variações ou sinônimos fossem tratados com um único entendimento. Esse procedimento aprimorou a precisão da análise e diminuiu as redundâncias, de modo a facilitar uma compreensão mais clara das estruturas identificadas nos quadrantes.

Complementarmente, a análise de similitude que foi uma metodologia amplamente discutida por Flament (1981), foi adotada neste estudo com o intuito de acrescentar a análise prototípica, possibilitando explorar as ligações entre os termos evocados. Essa técnica, fundamentada na coocorrência de palavras, gerou grafos relacionais que evidenciaram as redes de significados compartilhados pelos grupos sociais. O software IRAMUTEQ foi empregado para construir essas representações visuais, revelando associações importantes entre os elementos e permitindo visualizar como os significados simbólicos são organizados em diferentes contextos.

Na medida em que a análise prototípica foca na hierarquia e centralidade dos elementos, a análise de similitude evidencia as conexões associativas entre os termos, facilitando uma compreensão mais ampla das representações sociais. Essas abordagens combinadas são particularmente úteis para estudar objetos complexos, tais como as religiosidades de matriz africana, pois revela tanto os elementos centrais/periféricos/intermediários das representações, quanto as interligações que estruturam o pensamento coletivo.

Dessa forma, ao somar essas duas análises é possível oferecer uma compreensão mais abrangente das representações sociais, considerando tanto a estrutura hierárquica quanto as redes de significados. Os resultados das análises prototípica e de similitude serão expostos abaixo, com discussões que apontam as semelhanças e diferenças nas percepções dos grupos analisados, contribuindo para uma visão mais completa dos discursos das participantes sobre as religiosidades de matriz africana.

4.3. Grupo 1 - Pessoas com Religiosidades de Matriz Africana

4.3.1. Análise prototípica e análise de similitude de pessoas com religiosidades de matriz africana do termo indutor: UMBANDA

4.3.1.1. Pergunta Direta: diga de 3 a 5 palavras e expressões que lhe vem à mente diante do termo UMBANDA

As participantes com religiosidades de matriz africana responderam à questão: "Quando você pensa em 'Umbanda', o que vem à mente? Escreva de três a cinco palavras." A análise trouxe os seguintes resultados:

Tabela 3 - Quadro de quatro casas do termo indutor UMBANDA por pessoas com religiosidades de matriz africana

ELEMENTOS CENTRAIS		PRIMEIRA PERIFERIA	
Caridade	46 2,1	Fé	15 2,7
Amor	37 2,1		
Paz	18 1,6		
ZONA INTERMEDIÁRIA		SEGUNDA PERIFERIA	
Religião	8 1,4	Luz	8 2,2
ancestralidade	8 1,9	espiritualidade	8 2,5
pretos_velhos	7 2	cuidado	5 2,4
Entidades	5 1,6	união	5 3,2
		dedicação	5 2,6
		brasileira	5 2,4

Ordem média de evocação = 2,12
Frequência = 12,86

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

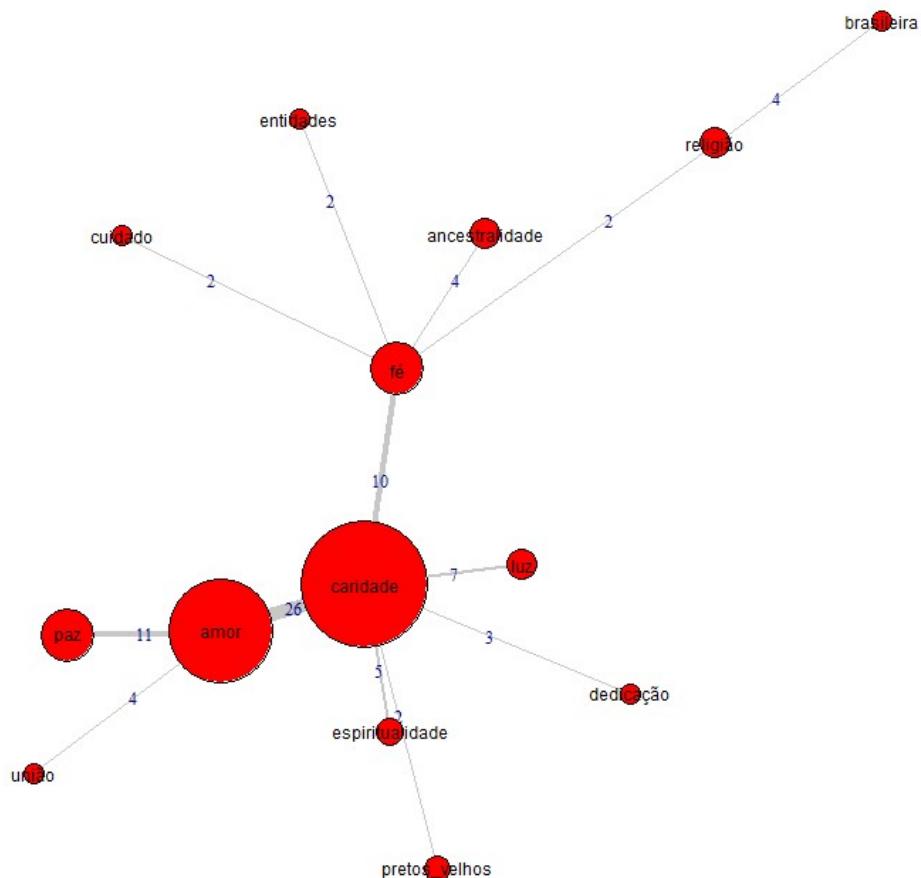
Os elementos centrais apontam para uma visão da Umbanda fortemente relacionada a valores humanitários, tais como caridade, amor e paz, sugerindo que as práticas religiosas da umbanda desempenham esse papel na percepção das participantes. A presença do termo “fé” como elemento periférico reforça a dimensão espiritual profunda que atravessa essas representações, indicando que a crença e a confiança no sagrado são compreendidas como fundantes da experiência religiosa. Segundo Naiff, Naiff e Braz (2013) as representações sociais se constroem a partir da interação entre práticas cotidianas e experiências culturais, formando um núcleo central que organiza as ações do grupo. Sendo assim, a partir das experiências destas pessoas com religiosidades de matriz africana, é possível perceber em suas representações sobre a Umbanda, a ênfase em valores humanitários, o que reflete a afirmação desta religiosidade como uma prática religiosa brasileira conectada a laços comunitários, e a vivência da fé como força estruturante.

Os elementos periféricos, como “luz”, “espiritualidade” e outros, apontam para uma camada mais flexível nas representações sociais, a qual pode se adaptar a contextos específicos sem alterar o núcleo central. A presença reiterada de elementos vinculados a dimensão do sagrado, como “fé”, posicionado na primeira periferia, e “espiritualidade”, reforça a ideia de que o vínculo subjetivo com o divino está profundamente enraizado nessas representações. Isso reforça a ideia de que as representações são sistemas dinâmicos, capazes de integrar novas interpretações, mas sempre sustentadas por elementos que expressam sentidos estruturantes.

Além disso, a presença de termos como “ancestralidade” e “entidades” refletem a importância das relações espirituais e culturais nas representações da Umbanda, destacando o papel dessa religiosidade na conexão com as tradições africanas. Para Prandi (2004), as religiosidades de matriz africana não somente cumprem funções espirituais, mas também são capazes de promover o fortalecimento identitário em contextos historicamente marginalizados, assim como no Brasil.

Figura 5 - Árvore de similitude do termo indutor: UMBANDA por Pessoas com

religiosidades de matriz africana



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

A análise de similitude revela como esses elementos estão interconectados, formando uma rede associativa coesa. “Caridade” e “amor” são os dois núcleos centrais mais conectados, e ainda assim, se articulam com outros termos como “paz”, “luz”, “espiritualidade” e “cuidado”, sugerindo que a Umbanda é percebida como um lugar de acolhimento não só espiritual, mas também afetivo. A presença “fé”, ainda que não diretamente conectada nesse núcleo, pode ser compreendida como um fio condutor simbólico que sustenta essas conexões, ancorando os vínculos espirituais e afetivos compartilhados pelas participantes. Segundo Negrão (1993), a Umbanda

possibilita um sistema de valores voltado a solidariedade e ao amparo espiritual, características essas que dialogam com os termos identificados. A presença de "amor" reforça a percepção positiva sobre o afeto e acolhimento nessa religiosidade. Essa rede de significados exibe uma visão estruturada e positiva, na qual a prática religiosa admite papel central na vida das participantes, servindo como um mecanismo de fortalecimento e resistência para as suas praticantes.

4.3.1.2. Técnica de substituição: Diga de 3 a 5 palavras e expressões que você acha que pessoas que você conhece pensam sobre a UMBANDA

Quando questionadas sobre como acreditam que outras pessoas veem a Umbanda ("O que você acha que as pessoas pensam sobre a Umbanda? Escreva de três a cinco palavras."), as participantes fizeram principalmente associações negativas:

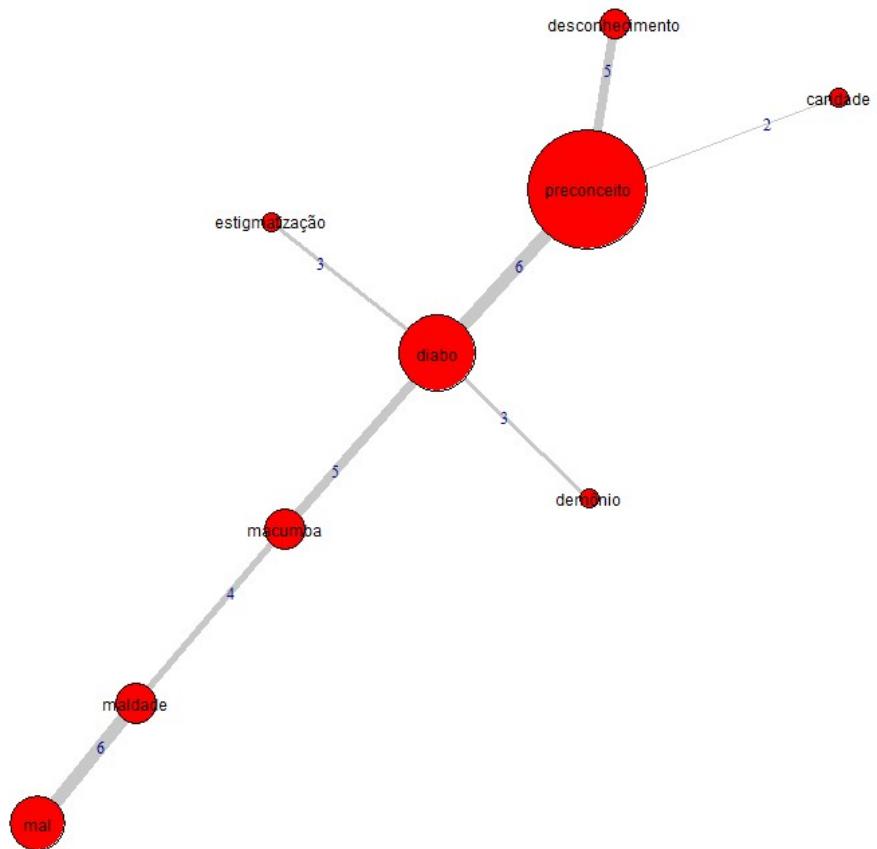
Tabela 4 - Quadro de Quatro casas sobre UMBANDA a partir da técnica de substituição por pessoas com religiosidades de matriz africana

ELEMENTOS CENTRAIS		PRIMEIRA PERIFERIA	
preconceito 27 1,5		Diabo 19 2,1 Mal 15 2	
ZONA INTERMEDIÁRIA		SEGUNDA PERIFERIA	
estigmatização 8 1,1		Macumba 12 1,9 Maldade 12 2 desconhecimento 10 2,3 Caridade 8 1,9 Demônio 8 2,1	
<i>Ordem média de evocação = 1,87</i>		<i>Frequência = 13,22</i>	

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

Ao avaliar as percepções externas atribuídas a Umbanda, os resultados da amostra apontam para um cenário marcado por estigmas e preconceitos. As representações identificadas são: “preconceito” como termo central e “diabo” na primeira periferia, seguidos por palavras como “mal”, “macumba” e “maldade”. Essas associações evidenciam a percepção de que a Umbanda é constantemente demonizada e marginalizada pela sociedade brasileira, o que resulta de discursos coloniais e eurocêntricos, os quais historicamente desvalorizam as religiosidades de matriz africana. Carneiro (2019) explica que o preconceito dirigido a essas práticas têm raízes no racismo estrutural, o qual perpetua a desinformação e reforça estereótipos negativos.

Figura 6 - Árvore de similitude do termo indutor: UMBANDA a partir da técnica de substituição por Pessoas com religiosidades de matriz africana



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

A análise de similitude dessas percepções externas confirma os resultados da análise prototípica, ao destacar “preconceito” como o elemento central com maior número de conexões. Tal termo conversa com “diabo”, “desconhecimento” e “macumba”, evidenciando a sobreposição entre estigmatização e ignorância. O termo “desconhecimento”, embora seja um elemento periférico, indica uma possível lacuna de informação, a qual na visão das participantes, contribui para o compartilhamento dessas representações negativas. Bandeira (2002) aponta que a desconstrução desses estereótipos passa necessariamente pelo enfrentamento da desinformação e pela valorização das culturas de matriz africana.

Sendo assim, as análises trazem à tona uma dualidade significativa nas representações da Umbanda. Por um lado, para as pessoas com religiosidades de matriz africana, a Umbanda é associada a valores humanitários, espirituais e de resistência cultural. Por outro lado, elas percebem que a sociedade, de modo geral, ainda atribui representações negativas a Umbanda, as quais são pautadas em preconceitos e estigmatizações. Essa dualidade exibe as tensões socioculturais que permeiam as religiosidades de matriz africana no Brasil e alertam para a necessidade de desconstrução de discursos hegemônicos que reforçam o racismo religioso.

4.3.2. Análise prototípica e análise de similitude de pessoas com religiosidades de matriz africana do termo indutor: CANDOMBLÉ

4.3.2.1. Pergunta Direta: diga de 3 a 5 palavras e expressões que lhe vem à mente diante do termo CANDOMBLÉ

Na questão sobre o Candomblé ("Quando você pensa em 'Candomblé', o que vem à mente? Escreva de três a cinco palavras."), os resultados foram organizados conforme a análise abaixo:

Tabela 5 - Quadro de quatro casas do termo indutor CANDOMBLÉ por pessoas com religiosidades de matriz africana

ELEMENTOS CENTRAIS	SEGUNDA PERIFERIA
Ancestralidade 31 1,8	natureza 9 2,2

Orixás	24	1,8	áfrica	8	2,4
Amor	16	1,7	tradição	7	2,1
Fé	16	1,6	família	6	2,2
			força	6	2,8
			resistência	5	2,8
ZONA INTERMEDIÁRIA					
			hierarquia	8	1,9
			cultura	6	1,8
			religião	5	1,8
			culto	5	1,2
Ordem média de evocação = 1,93					
Frequência = 10,86					

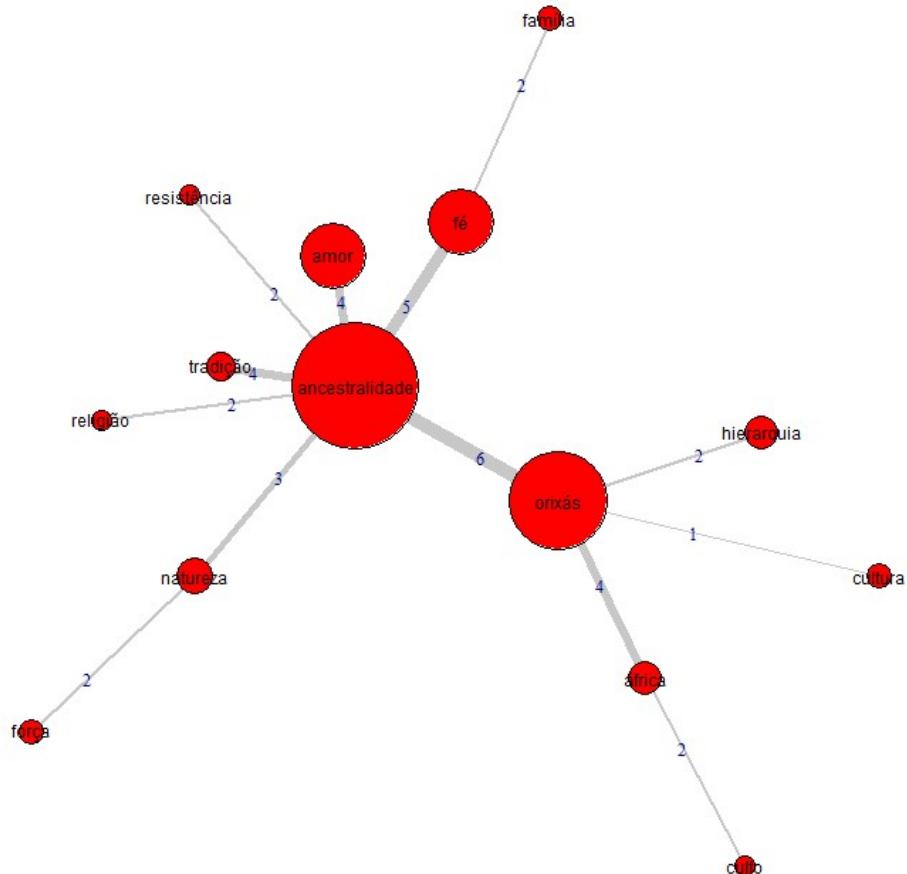
Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

O núcleo central destaca a ancestralidade e os orixás como principais elementos da representação do Candomblé, reafirmando a ligação dessa religiosidade com suas raízes africanas, a partir da percepção das participantes. A presença da “fé” nesse núcleo, evocada com baixa ordem média e alta frequência, indica não apenas a centralidade da dimensão espiritual na prática do Candomblé, mas também a sua força como elemento estruturador da vida cotidiana das praticantes. A “fé” nesse contexto, ultrapassa o sentido de crença abstrata, assumindo um papel concreto na organização simbólica e existencial do grupo, sendo vivida como força que sustenta rituais, vínculos e resistências. Conforme escreve Prandi (2004), o Candomblé tem a capacidade de preservar valores culturais e espirituais que transcendem o espaço religioso, se afirmando como uma prática religiosa de resistência cultural e histórica em meio a uma sociedade racista.

Os elementos periféricos, como “natureza” e “tradição”, reforçam a visão do Candomblé como uma prática que valoriza o meio ambiente, na medida em que contribui para a preservação das heranças culturais. Segundo Verger (2002), essas características das religiosidades de matriz africana exibem um sistema de valores que integra a espiritualidade, ecologia e coletividade.

Figura 7 - Árvore de similitude do termo indutor: CANDOMBLÉ por Pessoas com

religiosidades de matriz africana



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

A análise de similitude confirmou essa percepção ao evidenciar a centralidade de “ancestralidade”, que se conecta diretamente a “orixás” e “fé”, formando uma rede de significados que integra espiritualidade, memória histórica e afirmação identitária. A “fé”, nesse contexto, surge como um elo fundamental que mantém coesa a relação entre os elementos espirituais e culturais, sustentando tanto a prática religiosa quanto a resistência histórica. A presença de elementos como “natureza” e “cultura”, mesmo estando em zonas periféricas, enfatiza a valorização do Candomblé enquanto prática

que dialoga com o meio ambiente e a coletividade, características amplamente discutidas por Verger (2002).

4.3.2.2. Técnica de substituição: Diga de 3 a 5 palavras e expressões que você acha que pessoas que você conhece pensam sobre o CANDOMBLÉ

Contudo, ao serem questionadas sobre como acreditam que outras pessoas veem o Candomblé ("O que você acha que as pessoas pensam sobre o Candomblé? Escreva de três a cinco palavras."), os resultados também evidenciaram representações marcadas pelo estigma e preconceito:

Tabela 6 - Quadro de Quatro casas sobre CANDOMBLÉ a partir da técnica de substituição por pessoas com religiosidades de matriz africana

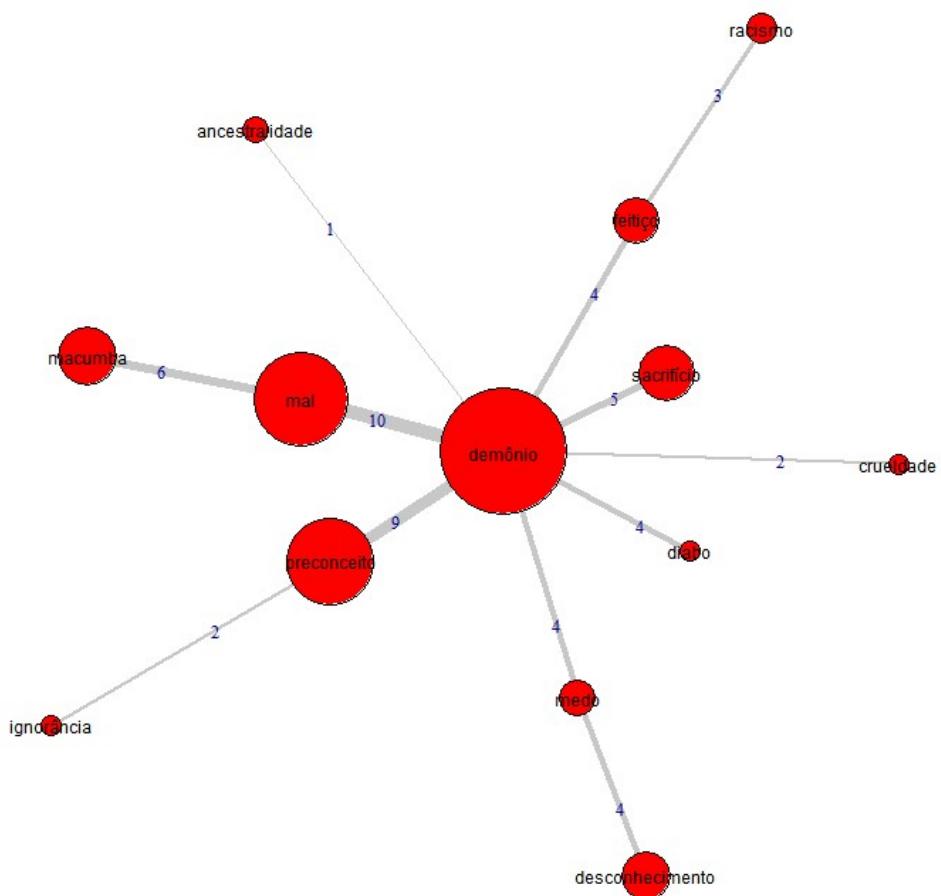
ELEMENTOS CENTRAIS		PRIMEIRA PERIFERIA	
demônio	37 1,8	Mal	28 2
preconceito			
		SEGUNDA PERIFERIA	
		Macumba	16 1,9
		Sacrifício	15 1,9
		desconhecimento	15 1,9
		Feitiço	14 2,4
		Medo	9 2
		Racismo	7 2,4
		Ancestralidade	6 2,3
<i>Ordem média de evocação = 1,89</i>			
<i>Frequência = 17,1</i>			

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

A centralidade de termos como "demônio" e "preconceito", seguidos de "mal" na primeira periferia, para além do preconceito, refletem uma visão demonizada do Candomblé, assim como também é partilhada pela umbanda, e que historicamente foi construída para marginalizar as práticas de religiosidades de matriz africana

(Carneiro, 2019). Além disso, a presença do termo "racismo" pode indicar que as participantes reconhecem a conexão entre o preconceito religioso, e a discriminação racial que essas religiosidades sofrem no Brasil.

Figura 8 - Árvore de similitude do termo indutor: CANDOMBLÉ a partir da técnica de substituição por Pessoas com religiosidades de matriz africana



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

A análise de similitude confirmou essa perspectiva, evidenciando que "preconceito" está diretamente conectado a termos como "mal", "ignorância" e "racismo". Essas palavras não apenas refletem os impactos das narrativas coloniais e eurocêntricas na formação das representações sociais, mas também indicam a

perpetuação de discursos hegemônicos que seguem marginalizando o Candomblé na sociedade contemporânea.

Além disso, o termo “desconhecimento” que aparece na zona periférica, sugere que as participantes percebem uma lacuna de informações, o que pode atuar como um dos fatores que alimentam esses estigmas sociais. Na perspectiva de Moscovici (2003), representações sociais negativas como essas não apenas refletem preconceitos existentes, mas também os perpetuam, criando barreiras para a aceitação e valorização de práticas religiosas como o Candomblé.

Portanto, as análises prototípica e de similitude revelam uma dualidade curiosa nas representações do Candomblé entre pessoas com religiosidades de matriz africana. Por um lado, aos praticantes, ele é associado a valores de resistência, amor e ancestralidade, atuando como um espaço de fortalecimento cultural e espiritual. Por outro, para as pessoas externas, ele é percebido como alvo de estigmas, preconceitos e desinformação, reflexos de uma longa história de racismo e marginalização. Esses resultados reforçam a necessidade de ações educativas e culturais que promovam a valorização do Candomblé e ofereçam subsídios para a desconstrução de representações sociais negativas, abrindo caminhos para uma maior compreensão e aceitação dessas práticas na sociedade brasileira.

4.4. Grupo 2 - Pessoas sem religiosidades de matriz africana

4.4.1. Análise prototípica e análise de similitude de pessoas sem religiosidades de matriz africana do termo indutor: UMBANDA

4.4.1.1. Pergunta Direta: diga de 3 a 5 palavras e expressões que lhe vem à mente diante do termo UMBANDA

O segundo grupo, formado por pessoas sem religiosidades de matriz africana, respondeu à questão: "Quando você pensa em 'Umbanda', o que vem à mente? Escreva de três a cinco palavras." Os dados obtidos foram:

Tabela 7 - Quadro de quatro casas do termo indutor UMBANDA por pessoas sem religiosidades de matriz africana

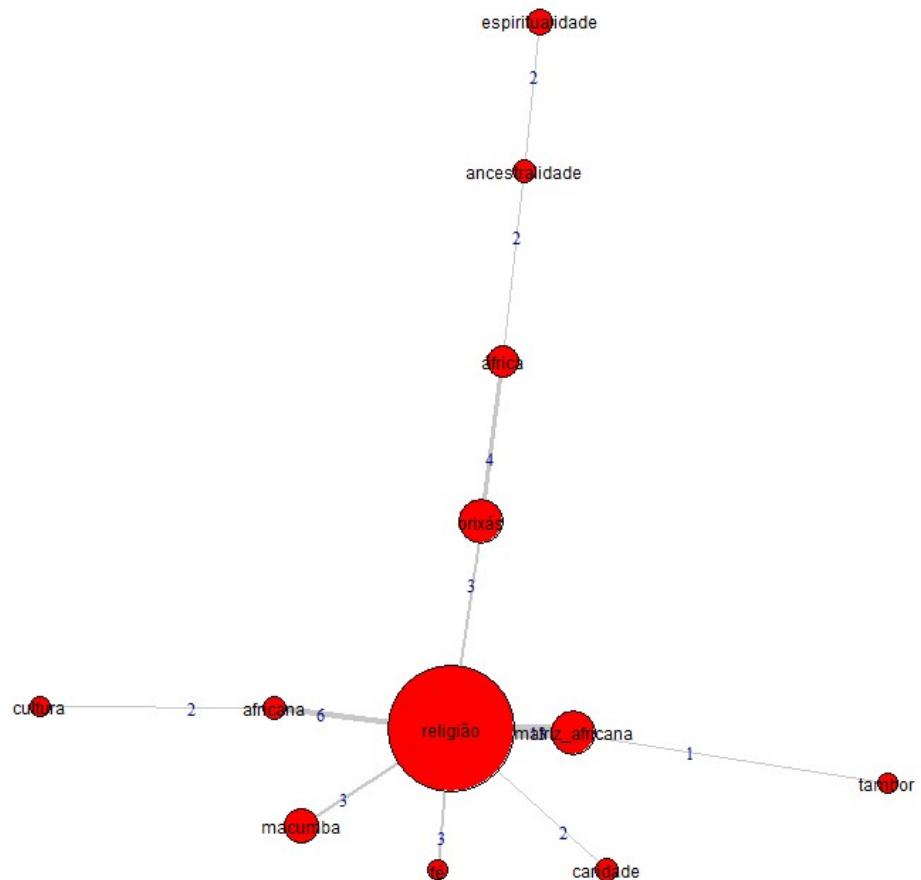
ELEMENTOS CENTRAIS			PRIMEIRA PERIFERIA									
			religião		45	1,3	orixás	15	2,3			
							matriz_africana	15	2,2			
ZONA INTERMEDIÁRIA					SEGUNDA PERIFERIA							
					macumba	11	1,5	áfrica	10	2,3		
					tambor	6	1,8	espiritualidade	8	2,4		
							caridade	7	1,9			
							africana	7	2,6			
							ancestralidade	7	2,6			
							cultura	6	2,5			
							fé	6	2,2			
<i>Ordem média de evocação = 1,89</i>												
<i>Frequência = 11,92</i>												

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

Fugindo a expectativa, os elementos centrais indicam um reconhecimento da Umbanda como religião de matriz africana, embora a presença do termo "macumba" entre os periféricos indique uma visão estigmatizada ainda predominante. Fonseca (1999) escreve que comumente o termo "macumba" é utilizado de forma pejorativa, para desqualificar práticas religiosas de matriz africana.

Os resultados indicam que embora haja a presença de termos como "espiritualidade", "caridade" e "africana", o que sugere uma percepção que toca em valores positivos, há uma falta de aprofundamento sobre religiosidades de matriz africana, o que demonstra um entendimento superficial. Termos como "ancestralidade" e "cultura" mesmo que mencionados, estão posicionados de forma periférica, o que reforça a distância desse grupo em relação a vivência e compreensão mais geral da Umbanda como um espaço de acolhimento, tradição e espiritualidade.

Figura 9 - Árvore de similitude do termo indutor: UMBANDA por Pessoas sem religiosidades de matriz africana



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

Na análise de similitude, a centralidade do termo “religião” e sua conexão com “macumba, africana” e “matriz africana” evidencia uma rede associativa limitada, na qual a Umbanda é reconhecida enquanto prática religiosa, mas frequentemente atravessada por estigmas. O distanciamento dessa rede em relação a termos como “ancestralidade” e “espiritualidade” reforçam o caráter fragmentado dessa representação. Conforme Romão (2019), as representações sociais da Umbanda entre pessoas sem familiaridade com as religiosidades de matriz africana tendem a ser influenciadas por discursos históricos e culturais que desvalorizam essas práticas.

4.4.1.2. Técnica de substituição: Diga de 3 a 5 palavras e expressões que você acha que pessoas que você conhece pensam sobre a UMBANDA

Quando questionadas sobre como acreditam que outras pessoas veem a Umbanda ("O que você acha que as pessoas pensam sobre a Umbanda?"), as respostas do grupo destacaram o seguinte:

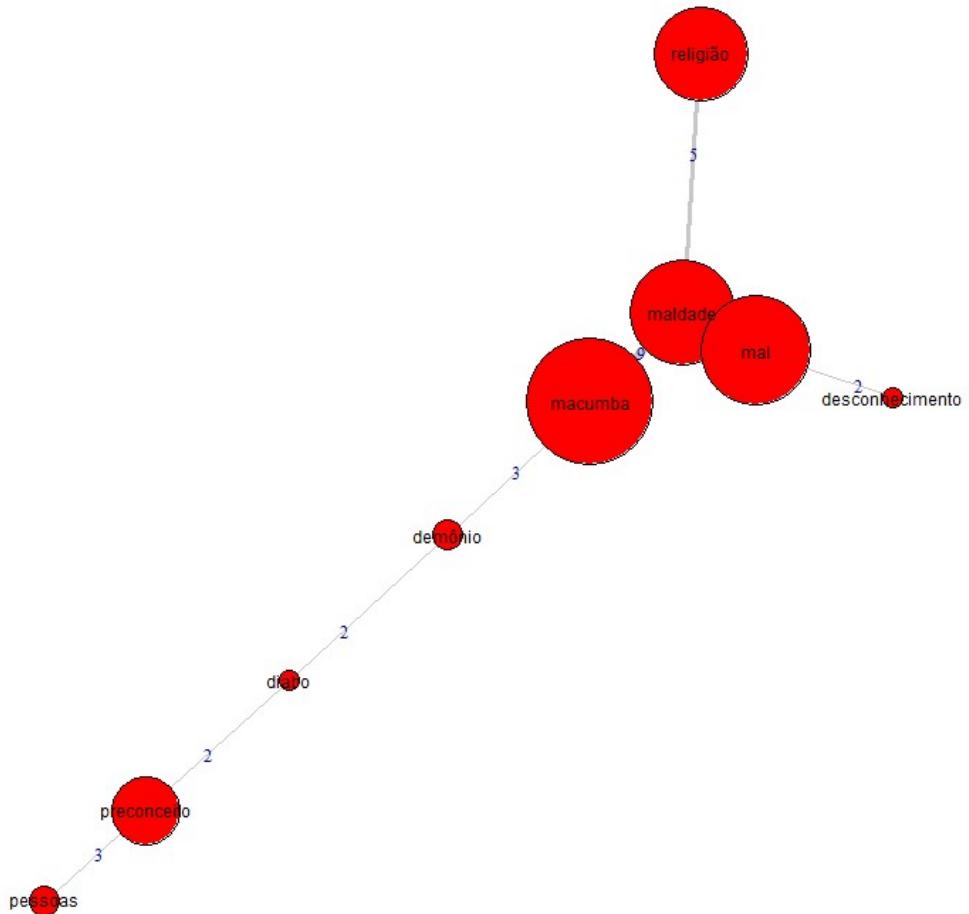
Tabela 8 - Quadro de Quatro casas sobre UMBANDA a partir da técnica de substituição por pessoas sem religiosidades de matriz africana

ELEMENTOS CENTRAIS			PRIMEIRA PERIFERIA		
macumba	26	1,8	Mal	24	2,1
religião	20	1,2	Maldade	22	2,8
preconceito	15	1,7			
ZONA INTERMEDIÁRIA			SEGUNDA PERIFERIA		
pessoas	8	1	desconhecimento	6	2,5
demônio	7	1,7	Diabo	6	2,7
<i>Ordem média de evocação = 1,95</i>					
<i>Frequência = 14,89</i>					

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

Aqui as percepções negativas se intensificam, o termo “macumba” novamente ocupa posição central, associado a palavras como “mal” e “maldade”. A presença desses elementos sugere uma visão estigmatizada e demonizada, sustentada por narrativas eurocêntricas e valores cristãos-hegemônicos. Leão (2021) aponta que esses estigmas resultam da persistência de discursos que reduzem a complexidade das religiões afro-brasileiras a estereótipos negativos.

Figura 10 - Árvore de similitude do termo indutor: UMBANDA a partir da técnica de substituição por Pessoas sem religiosidades de matriz africana



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

Além disso, o termo *preconceito*, embora menos central, surge como um elemento que conecta essas percepções negativas à falta de informação, representada pelo termo “desconhecimento”. Segundo Bandeira (2002), a desinformação é um dos principais fatores que perpetuam o racismo religioso, pois cria um filtro de ignorância que impede uma compreensão mais respeitosa e aprofundada dessas práticas.

Em suma, as análises prototípica e de similitude revelam que, para as pessoas sem religiosidades de matriz africana, a Umbanda é parcialmente reconhecida como religião, mas suas representações permanecem atravessadas por estigmas. Enquanto alguns valores positivos, como “caridade” e “espiritualidade”, surgem de forma periférica, elementos como “macumba”, “diabo” e “mal” dominam as redes de

significados. Essa dualidade reflete não apenas o distanciamento cultural desse grupo em relação às práticas afro-brasileiras, mas também a influência histórica do racismo estrutural na perpetuação de representações negativas.

4.4.2. Análise prototípica e análise de similitude de pessoas sem religiosidades de matriz africana do termo indutor: CANDOMBLÉ

4.4.2.1. Pergunta Direta: diga de 3 a 5 palavras e expressões que lhe vem à mente diante do termo: CANDOMBLÉ

No caso do Candomblé, a questão foi: "Quando você pensa em 'Candomblé', o que vem à mente? Escreva de três a cinco palavras." Os resultados organizam-se da seguinte forma:

Tabela 9 - Quadro de quatro casas do termo indutor CANDOMBLÉ por pessoas sem religiosidades de matriz africana

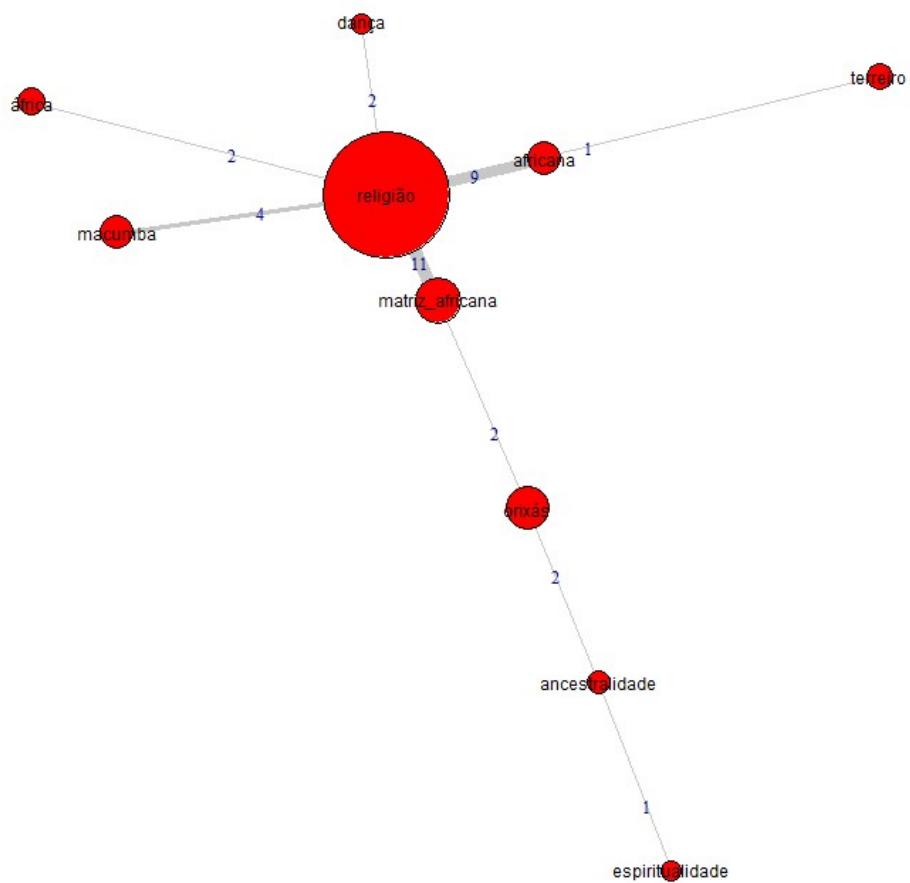
ELEMENTOS CENTRAIS		PRIMEIRA PERIFERIA			
Religião	47 1,3	matriz_africana	15 2		
				orixás	14 2
ZONA INTERMEDIÁRIA		SEGUNDA PERIFERIA			
África	8 1,4	macumba	10 1,9		
Ancestralidade	6 1,3	africana	10 2		
		terreiro	7 2,3		
		dança	5 2,2		
		espiritualidade	5 2,2		
<i>Ordem média de evocação = 1,71</i>					
<i>Frequência = 12,7</i>					

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

Esse reconhecimento do Candomblé como prática religiosa foi reforçado por associações a termos como “matriz africana”, “orixás” e “terreiro”. Esses elementos indicam uma percepção que conecta o Candomblé às suas raízes africanas, mas de

maneira genérica e, muitas vezes, superficial. Palavras como “macumba” e “feitiço”, presentes na periferia das representações, refletem o impacto de estereótipos históricos que reduzem a complexidade cultural e espiritual dessa prática. Jovchelovitch (2008) destaca que o desconhecimento sobre a filosofia e os valores culturais das religiosidades de matriz africana contribui para a reprodução de tais visões distorcidas.

Figura 11 - Árvore de similitude do termo indutor: CANDOMBLÉ por Pessoas sem religiosidades de matriz africana



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

A análise de similitude reforça essas percepções ao destacar a centralidade de “religião”, conectada a termos como “macumba”, “terreiro” e “dança”. Essas associações demonstram uma compreensão fragmentada e, em muitos casos, atravessada por estigmas. Embora palavras como “espiritualidade” e “ancestralidade” também surjam, suas conexões menos densas indicam que esses aspectos positivos têm menor destaque nas representações desse grupo. Conforme Ramos (2021), a falta de contato direto com essas práticas contribui para a manutenção de visões estigmatizadas.

4.4.2.2. Técnica de substituição: Diga de 3 a 5 palavras e expressões que você acha que pessoas que você conhece pensam sobre a CANDOMBLÉ

Por fim, ao serem questionadas sobre como acreditam que outras pessoas veem o Candomblé (“O que você acha que as pessoas pensam sobre o Candomblé?”), os respondentes apresentaram os seguintes resultados:

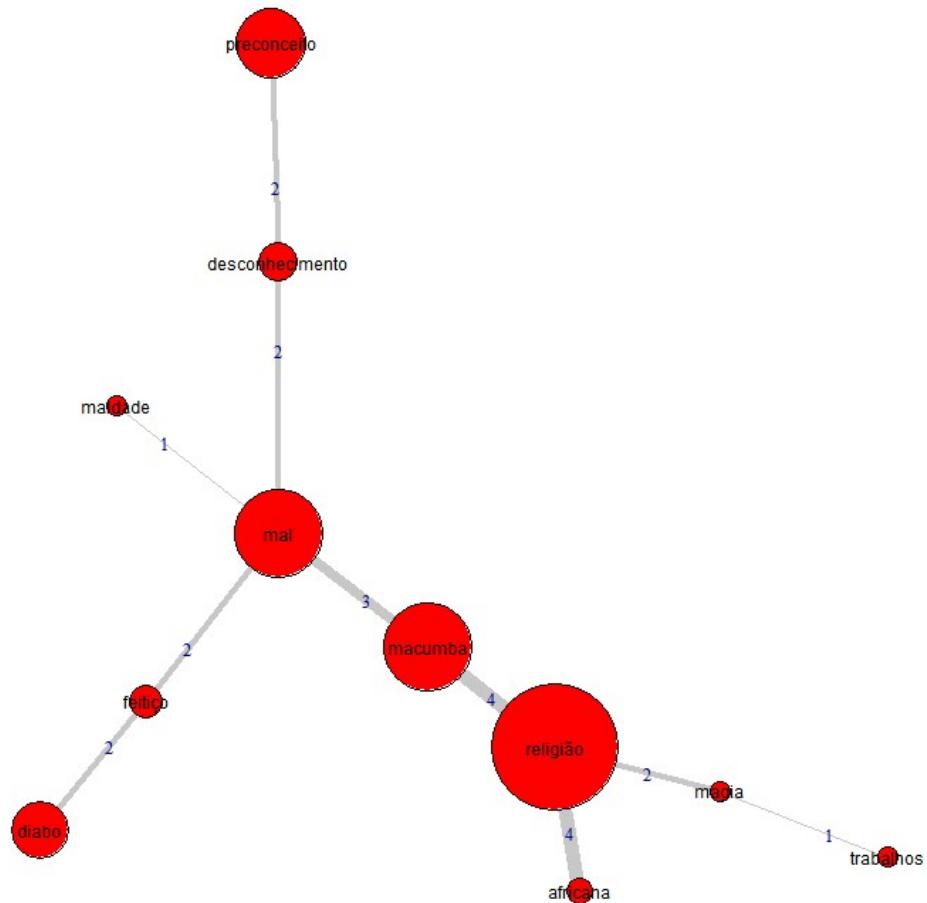
Tabela 10 - Quadro de Quatro casas sobre CANDOMBLÉ a partir da técnica de substituição por pessoas sem religiosidades de matriz africana

ELEMENTOS CENTRAIS		PRIMEIRA PERIFERIA	
		ZONA INTERMEDIÁRIA	
		SEGUNDA PERIFERIA	
religião	22 1,4	Diabo	11 2,4
macumba	16 1,4		
mal	16 1,5		
preconceito	13 1,5		
desconhecimento	8 1,6	Feitico	7 1,9
magia	5 1,2	Africana	6 2,2
		Trabalhos	5 2,2
		Maldade	5 3
<i>Ordem média de evocação = 1,68</i>			
<i>Frequência = 10,36</i>			

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

O termo “mal” emergiu como elemento central, articulado a palavras como “macumba”, “diabo” e “desconhecimento” nas outras periferias. Essas associações sugerem uma visão demonizada e marginalizada do Candomblé, frequentemente associada a forças malignas. Prandi (2004) argumenta que esses estigmas têm raízes em narrativas coloniais e discursos religiosos que deslegitimam práticas afro-brasileiras.

Figura 12 - Árvore de similitude do termo indutor: CANDOMBLÉ a partir da técnica de substituição por Pessoas sem religiosidades de matriz africana



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

Adicionalmente, o termo “preconceito”, embora menos central, aparece como indicador de que os participantes reconhecem a discriminação enfrentada pelo

Candomblé. Contudo, a articulação com “desconhecimento” revela que a falta de informação ainda é um fator determinante para a reprodução de estereótipos. Carneiro (2019) ressalta que o desconhecimento não apenas perpetua preconceitos, mas também impede uma valorização mais ampla dessas tradições culturais e espirituais.

Essas análises evidenciam que, para pessoas sem religiosidades de matriz africana, o Candomblé é parcialmente reconhecido como religião, mas suas representações permanecem fortemente marcadas por estigmas. Enquanto elementos como “espiritualidade” e “ancestralidade” apontam para um potencial de valorização, termos como “macumba”, “feitiço” e “diabo” continuam dominando as redes de significado. Essa dualidade reflete não apenas o distanciamento cultural desse grupo, mas também a perpetuação de preconceitos históricos e religiosos.

4.5. Comparação dos resultados

A análise dos resultados evidenciou diferenças significativas entre as representações sociais das pessoas com religiosidades de matriz africana e aquelas de pessoas sem vínculo com essas religiosidades. As diferenças expressam não apenas a relação simbólica e cultural que ambos os grupos (pessoas com religiosidades e pessoas sem religiosidades) estabelecem com as religiosidades de matriz africana, mas também a maneira como discursos hegemônicos moldam as percepções externas.

Para as pessoas que se afirmam como praticantes de religiosidades de matriz africana, as representações da Umbanda e do Candomblé são fortemente ligadas a valores positivos, tais como: amor, ancestralidade e fé. Alguns dos termos centrais identificados, como "caridade" e "orixás", destacam a importância dessas práticas como espaços de acolhimento e resistência cultural. Na análise de similitude, termos como "ancestralidade" e "cultura" aparecem como elementos que reforçam uma identidade coletiva baseada na conexão espiritual e histórica com tradições de origens africanas (PRANDI, 2004; VERGER, 2002). Esses resultados apontam para uma visão que integra espiritualidade, coletividade e memória histórica, destacando o lugar que essas religiosidades ocupam enquanto mecanismo de empoderamento e afirmação identitária, principalmente para a população negra brasileira.

Por outro lado, para o grupo de pessoas sem religiosidades de matriz africana, as representações são marcadas por uma certa dualidade. Elementos como "religião"

e "matriz africana" aparecem como termos centrais, apontando um reconhecimento parcial das raízes culturais e religiosas das práticas de matriz africana. Contudo, termos periféricos como "macumba" e "diabo" exibem estereótipos negativos ainda dominantes na sociedade. Segundo Carneiro (2019), a visão estigmatizada é resultado de narrativas coloniais e eurocêntricas que demonizam práticas religiosas de matriz africana, o que sustenta preconceitos e distorce o entendimento sobre essas religiosidades.

Ao serem perguntadas(os) sobre como imaginam que a população em geral percebe as religiosidades de matriz africana, tanto pessoas com quanto sem essas práticas religiosas, destacaram elementos como "preconceito" e "desconhecimento". Para o grupo que possui religiosidades de matriz africana, a percepção da sociedade é vista como um reflexo direto do racismo estrutural e da desinformação. Por outro lado, entre aquelas(es) sem essas religiosidades, o termo "desconhecimento" aparece conectado a outros elementos negativos, como "mal" e "diabo", o que aponta para um vazio nas informações e que dificulta que haja uma visão mais respeitosa e informada sobre essas práticas.

As diferenças indicam para uma tensão sociocultural curiosa: na medida em que as pessoas com religiosidades de matriz africana representam essas práticas como meios de fortalecimento espiritual e cultural, o grupo sem relação direta com essas religiosidades tende a compartilhar visões estigmatizadas e fragmentadas. Tal dualidade expõe a necessidade de ações educativas e formativas que proporcionem uma valorização das culturas afro-brasileiras, desconstruindo estereótipos negativos e fortalecendo o diálogo entre culturas (Bandeira, 2002).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou examinar as representações sociais acerca das religiosidades de matriz africana, particularmente sobre a Umbanda e o Candomblé, considerando tanto a visão de pessoas praticantes quanto de não praticantes dessas religiosidades. A análise foi conduzida com base na Abordagem Estrutural da Teoria das Representações Sociais, utilizando métodos qualitativos e quantitativos para investigar os significados atribuídos a essas religiosidades em um contexto sociocultural marcado por desigualdades raciais e históricas.

Os resultados exibiram diferenças marcantes nas representações entre os dois grupos. Para as praticantes, essas religiosidades foram descritas como espaços de acolhimento, resistência e preservação cultural, conectados aos valores de ancestralidade, fé e caridade. Já entre as não praticantes, predominou uma visão mais estereotipada e superficial, associando frequentemente essas práticas a ideias pejorativas, como macumba ou mal. Essas percepções reforçam a ideia de que as representações sociais não são apenas produtos dos conhecimentos individuais, mas refletem processos coletivos profundamente enraizados nas estruturas sociais e culturais.

A análise de similitude contribuiu para revelar as redes associativas entre os termos evocados, destacando como os preconceitos históricos, especialmente o racismo religioso, influenciam negativamente nas percepções sociais. Palavras como diabo, feitiço e preconceito foram recorrentes entre as não praticantes, evidenciando como as religiosidades de matriz africana continuam sendo alvo de discriminação e desvalorização. Por outro lado, as praticantes destacaram elementos positivos, como amor e espiritualidade, que refletem uma experiência significativa dessas práticas.

Tal estudo confirma que o racismo estrutural exerce influência direta sobre as representações sociais das religiosidades de matriz africana, promovendo a marginalização de práticas que fazem parte da história e identidade da população negra brasileira. Mesmo em um país cuja população é majoritariamente composta por pessoas negras, e existem leis para orientar, valorizar e penalizar, os efeitos da colonização e do eurocentrismo continuam sendo sentidos nas formas como essas religiosidades são compreendidas e representadas.

Pensando em colaborações práticas, o trabalho destaca a necessidade de promover a educação sobre a história e as práticas religiosas de matriz africana, visando a desconstrução de preconceitos e a valorização da diversidade religiosa. Políticas públicas que incentivem a inclusão e combatam o racismo religioso são fundamentais para criar uma sociedade mais justa e equânime. Além disso, o estudo também contribui para a psicologia social, demonstrando como as representações sociais podem ser utilizadas para compreender e transformar contextos historicamente marcados por desigualdades.

Como limitações, destaca-se que o estudo se concentrou na Baixada Fluminense, o que limita a generalização dos resultados para outras regiões do Brasil. Sugere-se que pesquisas futuras explorem como as representações sociais dessas

religiosidades variam em diferentes contextos regionais e culturais, além de considerar outras variáveis, como formação, classe social, e outras que podem influenciar as representações.

Por fim, este trabalho reafirma a importância de compreender as religiosidades de matriz africana não apenas como manifestações religiosas ou culturais, mas como espaços de resistência e conexão identitária. O fortalecimento dessas práticas, bem como sua aceitação pela sociedade, é um passo importante para enfrentar as desigualdades históricas e promover uma sociedade mais inclusiva e respeitosa com sua população.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRIC, Jean-Claude. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (Orgs.). *Estudos interdisciplinares de Representação Social*. 2. ed. Goiânia: AB Editora, 2000. p. 27–37.

ABRIC, Jean-Claude. A zona muda das representações sociais. In: OLIVEIRA, D. C.; CAMPOS, P. H. (Orgs.). *Representações sociais: uma teoria sem fronteiras*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 22–34.

ALMEIDA, Leda Maria de. *Diálogos com a teoria das representações sociais*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2005. p. 117–160.

ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. A teoria das representações sociais. In: TORRES, Cláudio Vaz; NEIVA, Elaine Rabelo (Orgs.). *Psicologia social: principais temas e vertentes*. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 287–295.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. A. A abordagem estrutural das representações sociais. *Psicologia da Educação*, São Paulo, n. 14/15, p. 17–37, 2002. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/psicoeduca/article/view/31913>. Acesso em: 20 jul. 2023.

BANDEIRA, L.; BATISTA, A. S. Preconceito e discriminação como expressões de violência. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 119–141, jan. 2002.

BARBOSA, Milena Cordeiro; SANTANA, Nivaldo Vieira de. Estudo da representação social das religiosidades de matriz africana numa perspectiva da práxis educacional. *Seminário Nacional e Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis*

Educacional, v. 6, n. 6, 2017. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/viewFile/7390/7165>. Acesso em: 17 ago. 2023.

BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil: contribuição à sociologia das interpenetrações de civilizações*. Tradução de Maria Letícia Ferreira. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1978.

BERTONI, L. M.; GALINK, A. L. Teoria e métodos em representações sociais. In: MORORÓ, L. P.; COUTO, M. E. S.; ASSIS, R. A. M. (Orgs.). *Notas teórico-metodológicas de pesquisas em educação: concepções e trajetórias*. Ilhéus, BA: EDITUS, 2017. p. 101–122.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BORGES, Moema da Silva; SANTOS, Marília Borges Couto; PINHEIRO, Tiago Gomes. Representações sociais sobre religião e espiritualidade. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 68, n. 4, p. 609–616, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/wwp6mVznNNfdKxwDkqHTVK/?lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define crimes resultantes de preconceito de raça ou cor. *Diário Oficial da União: seção 1*, 6 jan. 1989, p. 369.

BRASIL. Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14532.htm. Acesso em: 17 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.635, de 27 de dezembro de 2007. Institui o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11635.htm. Acesso em: 17 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 17 ago. 2023.

BRIN, Sergey; PAGE, Lawrence. The anatomy of a large-scale hypertextual Web search engine. *Computer Networks and ISDN Systems*, v. 30, n. 1–7, p. 107–117, 1998. Disponível em: <https://research.google/pubs/pub334/>. Acesso em: 5 maio 2025.

CARNEIRO, Abimael Gonçalves. Intolerância religiosa contra as religiões afrobrasileiras: uma violência histórica. In: IX Jornada Internacional de Política Pública, São Luís, 2019, p. 1-12. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissa_old_230_2305cc2fa7b34e8b.pdf. Acesso em 17 de agosto de 2023.

CARVALHO, José Carlos de Paula. Etnocentrismo: inconsciente, imaginário e preconceito no universo das organizações educativas. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, v. 1, n. 1, p. 181–186, ago. 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/K5bV8WP4bQm7sYrNHYQMW5r/>. Acesso em: 17 ago. 2023.

CAPUTO, Stela Guedes. *Educação nos terreiros: e como a escola se relaciona com crianças de candomblé*. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

CHAGAS, W. F. História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica da Paraíba. *Educação & Realidade*, v. 42, n. 1, p. 79–98, jan. 2017.

CNFCP – Conselho Nacional de Folclore e Cultura Popular. *Tesauro de Folclore e Cultura Popular Brasileira: Parte alfabética – Prática religiosa*. Disponível em: <http://www.cnfcp.gov.br/tesauro/00001061.htm>. Acesso em: 17 ago. 2023.

CNN BRASIL. Geração Z troca Google por buscas no TikTok, diz estudo. CNN Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/negocios/geracao-z-troca-google-por-buscas-no-tiktok-diz-estudo/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

COLLARES-DA-ROCHA, J. C. C.; WOLTER, R. P.; WACHELKE, J. As pesquisas em representações sociais na revista Psicologia & Sociedade. *Psicologia & Sociedade*, v. 28, n. 3, p. 582–588, set. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/WbHmYCmF5PCRh5Z35ZNhzKP/>. Acesso em: 13 jan. 2025.

COMAZZETTO, L. R. et al.. A Geração Y no Mercado de Trabalho: um Estudo Comparativo entre Gerações. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 36, n. 1, p. 145–157, jan. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/sMTpRhKxjvNjr7wQV9wFksH/>. Acesso em: 13 jan. 2025.

DALGALARRONDO, Paulo. *Religião, psicopatologia e saúde mental*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

DITZ, Victor dos Santos Freitas. *Representações sociais sobre o “cidadão de bem” em contexto de polarização política*. 2023. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2023. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/18390>. Acesso em: 13 jan. 2025.

DOISE, Willem. *Direitos do homem e força das ideias*. Lisboa: Horizonte, 2002.

FARR, Robert McLaughlin. Social representations: their role in the design and execution of laboratory experiments. In: FARR, Robert McLaughlin; MOSCOVICI, Serge (Eds.). *Social representations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. p. 124–147.

FILHO, E. F. S.; MARTINS, E.. Contribuições da teoria histórico-cultural para a compreensão das questões raciais na educação escolar. *Educação e Pesquisa*, v. 48, p. e239195, 2022.

FLAMENT, Claude. L'analyse de similitude: une technique pour les recherches sur les représentations sociales. *Cahiers de Psychologie Cognitive*, v. 4, p. 357–396, 1981.

FLAMENT, Claude. Structure et dynamique des représentations sociales. In: JODELET, Denise (Org.). *Les représentations sociales*. Paris: Presses Universitaires de France, 1989. p. 204–219.

FLOR DO NASCIMENTO, Wanderson. O fenômeno do racismo religioso: desafios para os povos tradicionais de matrizes africanas. *Revista Eixo*, Brasília, v. 6, n. 2 (Especial), p. 51–56, 2017. Disponível em: <http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/515>. Acesso em: 17 ago. 2023.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. (Apostila)

FONSECA, Eduardo P. de Aquino. Reinventando as tradições religiosas afro-brasileiras. *Ciência & Trópico*, Recife, v. 27, n. 2, p. 221-247, 1999. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/709>. Acesso em: 28 nov. 2024.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, Ana Luiza de Oliveira Moreira. *Mapeamento de casas de religiões de matriz africana no Rio de Janeiro*. Departamento de Sociologia, 2009. Disponível em: https://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio_resumo2011/Relatorios/CSS/SOC/SOC-Ana%20Luzia%20de%20Oliveira%20Moreira%20Guimar%C3%A3es.pdf. Acesso em 09 de dezembro de 2024.

GREEN, D. D.; MCCANN, J. The Coronavirus effect: how to engage generation z for greater student outcomes. *Management and Economics Research Journal*, [S.I.], v. 7, n. 1, p. 1-7, 2021.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IANNI, O. *Raças e classes sociais no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1972.

IBAÑEZ, Tomás. Representaciones sociales: teoría y método. In: IBAÑEZ, Tomás (Ed.). *Ideologías de la vida cotidiana*. Barcelona: Sendai, 1988. p. 14–90.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2018*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=21073&t=sobre>. Acesso em: 17 ago. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=3&idnoticia=2170&view=noticia>. Acesso em: 17 ago. 2023.

JESUS, Jaqueline Gomes de; GALINKIN, Ana Lúcia. Gênero e psicologia social no Brasil: entre silêncio e diálogo. Barbarói, Santa Cruz do Sul, n. 43, p. 90-103, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/5900>. Acesso em: 26 nov. 2024.

JODELET, Denise. Representações Sociais: um domínio em expansão. In.: *As Representações Sociais*. p. 17-44. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Knowledge in Context: Representations, Community and Culture*. London: Routledge, 2008.

LEÃO, A.; LUSSI, I. A. de O. Estigmatização: consequências e possibilidades de enfrentamento em Centros de Convivência e Cooperativas. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 25, p. e200474, 2021.

LIMA, Claudiene dos Santos. O racismo religioso na Paraíba. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia). Guarabira: Universidade Estadual da Paraíba, 2012. Disponível em: <https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/1365?mode=full>. Acesso em 13 de jan. de 2025.

MARIOSA, Gilmara Santos. *Negras Memórias da Princesa de Minas*. Juiz de Fora: Funalfa, 2009.

MARQUES, Lorena de Lima. *Diáspora africana, você sabe o que é?* [S.I.], 20 fev. 2019. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=53464>. Acesso em: 18 maio 2020.

MAURÍCIO, George. *O candomblé bem explicado: Nações Bantu, Iorubá e Fon*. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

MATTOS, Hebe. Pensando a diáspora atlântica. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 11–30, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/NYnTzkbFH4TB44xScnBXJ3K/>. Acesso em: 5 maio 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOSCOVICI, Serge. *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: Presses Universitaires de France, 1976.

MOSCOVICI, Serge. *Representaciones sociales*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1981.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 5. ed. Tradução de P. A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2007.

MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoesDeRacaRacismoldentidadeEEtnia.pdf. Acesso em: 9 dez. 2024.

NAIFF, L. A. M.; NAIFF, D. G. M. Educação de jovens e adultos em uma análise psicosocial: representações e práticas sociais. *Psicologia & Sociedade*, v. 20, n. 3, p. 402–407, set. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/XnTp5cv8VTpsfg4PqRpfdS/?lang=pt>. Acesso em: 13 jan. 2025.

NAIFF, Luciene Alves Miguez; NAIFF, Denis Giovani Monteiro; BRAZ, Alcina Maria Testa. Representações sociais de professores sobre a qualidade de vida dos seus alunos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 563–585, ago. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812013000200010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 26 nov. 2024.

NEGRÃO, L. N. Umbanda: entre a cruz e a encruzilhada. *Tempo Social*, v. 5, n. 1-2, p. 113–122, jan. 1993.

OLIVEIRA, Romualdo Luiz Portela de. Breve história da escravidão. *Revista de Administração de Empresas*, v. 27, n. 4, p. 62, out. 1987. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/r95vPDYPCZBMVnS5fQq7MwL>. Acesso em: 16 ago. 2023.

PARGAMENT, K. I. Religious methods of coping: resources for the conservation and transformation of significance. In: SCHAFRANSKE, E. P. (org.). *Religion and the clinical practice of psychology*. Washington, DC: APA Books, 1996. p. 215–239.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Resenha: SIMMEL, Georg. *Religião – ensaios*. v. 1. São Paulo: Olho d’Água, 2010. *Revista de Estudos da Religião*, São Paulo, dez. 2010. Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/rv4_2010/r_pierucci.pdf. Acesso em: 18 ago. 2023.

PRANDI, Reginaldo. O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso. *Estudos Avançados*, v. 18, n. 52, p. 223–238, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/tFh5DWhR8wVVWNsXL4Z9yxv/>. Acesso em: 17 ago. 2023.

RAMOS, Rodrigo Maciel. A ancestralidade: construção e aquisição de identidades africanas no Brasil realizadas a partir da cultura do Candomblé. *Pesquisas e Práticas Psicosociais*, São João del-Rei, v. 16, n. 2, p. 1–16, jun. 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082021000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 11 dez. 2024.

ROCHA, M. B. D.; SEVERO, A. K. D. S.; FÉLIX-SILVA, A. V. Nos batuques dos quintais: as compreensões dos povos de Umbanda sobre saúde, adoecimento e cuidado. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 29, n. 3, p. e290312, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/rg3WCCnhw5rq95vLNPZk5vC/>. Acesso em: 13 jan. 2024.

ROMÃO, T. L. C. Sincretismo religioso como estratégia de sobrevivência transnacional e translacional: divindades africanas e santos católicos em tradução. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 57, n. 1, p. 353–381, jan. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/BYNWpsPRxzMYh4gGGCwH5Vk/>. Acesso em: 17 ago. 2023.

SÁ, Celso Pereira de. *Núcleo central das representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1996.

SANTOS, Isadora Mendes dos; NETO, José de Senna Pinto; MOTA, Marcelle Pereira. TikTok: qual o impacto do crescimento da plataforma? In: Workshop sobre Aspectos da Interação Humano-Computador na Web Social – WAIHCWS, 13., 2022,

Diamantina. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2022. p. 56–62. Disponível em: <https://doi.org/10.5753/waihcws.2022.226367>. Acesso em: 5 maio 2025.

SAWAIA, Bader Burihan. Representação e ideologia: o encontro desfetichizador. In: SPINK, Mary Jane Paris (org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 73-84.

SILVA, Ana Luiza Fernandes da. Memória de um território negro na Pequena África. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 15., 2023, Campina Grande. Anais [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/93865>. Acesso em: 5 maio 2025.

TOMÉ, Adriana Manrique; FORMIGA, Nilton Soares. Abordagens teóricas e o uso da análise de conteúdo como instrumento metodológico em representações sociais. *Psicologia e Saúde em Debate*, v. 6, n. 2, p. 97–117, jul. 2020. Disponível em: <http://psicodebate.dpgsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/V6N2A7>. Acesso em: 12 jan. 2024.

VALA, Jorge. Representações sociais: para uma psicologia social do pensamento social. In: VALA, Jorge; MONTEIRO, M. B. (orgs.). *Psicologia social*. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993. p. 353-384.

VERGÈS, Pierre. L'évocation de l'argent: une méthode pour la définition du noyau central de la représentation. *Bulletin de Psychologie*, v. 45, n. 203, 1992.

VERGER, Pierre. *Orixás: deuses iorubás na África e no Novo Mundo*. 8. ed. São Paulo: Corrupio, 2002.

WOLTER, Rafael Pecl; WACHELKE, João; NAIFF, Denis. A abordagem estrutural das representações sociais e o modelo dos esquemas cognitivos de base: perspectivas teóricas e utilização empírica. *Temas em Psicologia*, v. 24, n. 3, p. 1139-1152, set. 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2016000300018&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 jan. 2025. DOI: <https://doi.org/10.9788/TP2016.3-18>.